AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 34 | Nº 04 | ABRIL 2014 | R$ 17,00



NOVAS OPORTUNIDADES PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

SOJA | BOA RENTABILIDADE EM 2014

LEI AGRÍCOLA AMERICANA | OS EQUÍVOCOS DA FARM BILL

ABAG | FÓRUM DISCUTE AS PERSPECTIVAS DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio é o seguinte

PREOCUPAÇÃO COM A ECONOMIA CHINESA

NA TENTATIVA de conduzir a economia para um novo equilíbrio, em fevereiro, o Banco Central aumentou pela oitava vez consecutiva a taxa básica de juros, elevando o seu nível ao valor registrado no início do atual mandato presidencial, em 2011. Após três anos, a taxa de juros retornou ao patamar inicial, com inflação próxima ao topo da meta.

A estratégia inicial do Governo para tentar conduzir a economia a uma condição de equilíbrio com taxas de juros mais baixas incluiu abdicar da política monetária para conter a inflação e, por outro lado, ampliar o controle dos preços essenciais da economia. Essa ação, além de insuficiente para trazer a inflação à meta, produziu graves distorções em alguns setores. Como resultado final, o crescimento do PIB foi baixo.

Com as ações recentes, o Governo procura sinalizar uma mudança de estratégia: na política monetária, acena prosseguir com o ciclo de aperto monetário iniciado em 2013; na política fiscal, promete contenção dos gastos; e, no lado microeconômico, promete acelerar as concessões para infraestrutura. Os desequilíbrios gerados no passado recente são de difícil reversão no curto prazo, particularmente em meio à disputa eleitoral e a um cenário externo adverso, agravado pelo esperado rebaixamento da nota do Brasil pela agência de risco Standard & Poor's. Mesmo mantendo a categoria de grau de investimento, a decisão da agência causou desconforto ao Governo.

Externamente, existe a preocupação com o risco de uma possível mudança no modelo de crescimento econômico chinês. A China é a principal compradora das *commodities* agrícolas e minerais exportadas pelo Brasil. Para se ter uma ideia dessa importância, em 2013, 49% das exportações nacionais de produtos agrícolas e 47% das de minerais tiveram como destino o mercado chinês.

Nesta edição, a ***Agroanalysis*** destaca o caderno especial da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que discute as novas oportunidades para a agricultura familiar – 2014 foi escolhido pela FAO como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 84,4% do total de 5,17 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil são de pequenos produtores, os quais respondem por 38% da renda agropecuária do País e empregam 75% da mão de obra do campo.

O clima adverso do primeiro trimestre do ano mudou o cenário de preços dos grãos na safra 2013/14 brasileira. Depois de forte calor e seca, vieram as chuvas em excesso, particularmente nas regiões Centro-Oeste e Norte. Como consequência, os preços dos grãos subiram em plena colheita da safra de verão. No caso da soja, com o aumento no custo de produção em relação à safra anterior, as rentabilidades estimadas para a safra atual estão menores do que a verificada em 2012/13, mas, ainda assim, serão positivas. A rentabilidade deve chegar a 11,8% em Rondonópolis-MT e a 6,4% em Ponta Grossa-PR.

Nos Estados Unidos, as repercussões sobre a Farm Bill indicam que a nova lei poderá estimular artificialmente a produção agrícola do país e, consequentemente, reduzir os preços internacionais. Os países que se sentirem prejudicados poderão solicitar a abertura de painéis de contestação na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra políticas que desrespeitem as normas do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC). Já existem, por exemplo, problemas relacionados ao algodão (inclusive envolvendo os interesses do Brasil), açúcar, frutas, produtos florestais e produtos pecuários.

Na área de biocombustível, o governo sul-africano decidiu pela adição obrigatória de 2% de etanol (E2) à gasolina e 5% de biodiesel (B5) ao diesel a partir de 1º de outubro de 2015. As principais fontes de matéria-prima deverão ser o sorgo, a soja, a cana-de-açúcar e a beterraba açucareira. Existem críticas de que essas medidas foram muito modestas. De qualquer forma, foi um passo importante, principalmente se se levar em conta a reduzida possibilidade de expansão da fronteira agrícola no país.

Nos EUA, a produção de etanol caiu 1,4% em 2013. A menor produção pode ser explicada pela quebra da safra de milho em 2012/13, o que aumentou sobremaneira os custos de produção. Neste momento, o mercado especula sobre a possibilidade da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) revisar os volumes de biocombustíveis que serão utilizados no mercado norte-americano em 2014 – em novembro de 2013, o volume foi reduzido de 18,15 bilhões de galões para 15,21 bilhões.

Entre as seções fixas da ***Agroanalysis***, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), passa a ser o responsável da coluna Reflexão. Formado em Engenharia Agronômica e com Pós-Graduação em Agronomia e em Administração, atua desde 1983 como diretor da CANAPLAN, empresa de consultoria e projetos para o setor sucroalcooleiro; é diretor de Relações com o Mercado da Usina Alto Alegre S/A; e é sócio da Bioagência, empresa comercializadora de etanol nos mercados interno e externo. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho
Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Aldo Floris, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio







Abre Aspas

06 Edeon Vaz Ferreira | **Todo mundo quer investir no Norte**

09 Macroeconomia | **A trajetória dos juros e a maldição do eterno retorno**

10 **Agrodrops**

12 **Frases e Comentários**

Mercado & Negócios

13 Economia chinesa | **Novos sinais de desaceleração**

15 Laranja | **Decisão judicial desastrada**

16 Soja | **Boa rentabilidade em 2014**

Política Agrícola

19 Estados Unidos | **Equívocos da Farm Bill**

Agroenergia

21 Biocombustíveis | **África do Sul define marco regulatório**

23 Etanol | **Recuo na produção dos EUA**

Conteúdo Especial

25 Sistema OCB | **Cooperativismo: novas oportunidades para a agricultura familiar**

34 Fórum ABAG | **Perspectivas para o Agronegócio**

39 Aprosoja | **Expedição na Argentina e Uruguai**

42 Andef | **Espaço para crescer**

Colunas

43 Diário de bordo | **Insumos em 2013**

44 Produzir | **Armadilha econômica**

45 Opinião | **Os alimentos e a vida moderna**

46 Reflexão | **A terrível falta de bom senso**

47 **Serviço ao agronegócio**

Conteúdo Especial



Cooperativismo: novas oportunidades para a agricultura familiar

Mercado & Negócios



Boa rentabilidade em 2014

Conteúdo Especial



Perspectivas para o Agronegócio

Edeon Vaz Ferreira
Diretor executivo do Movimento Pró-Logística do Mato Grosso

TODO MUNDO QUER INVESTIR NO NORTE

Por Paulo Roque

É O que garante um dos mais respeitados especialistas em logística do Brasil. Os motivos são mais do que conhecidos: os problemas para transportar a safra do Centro-Oeste aos Portos de Santos e Paranaguá. Consultor da Diretoria da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) em assuntos de Logística e Infraestrutura, membro da Câmara de Logística e Transporte do Ministério da Agricultura, coordenador da Comissão de Assessoramento em Infraestrutura de Logística da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e professor em Pós-Graduação em Logística e Infraestrutura de Transportes, Edeon Vaz Ferreira mostra a importância do escoamento da produção por meio do Arco Norte, que já conta com três rotas, e a necessidade urgente de investimentos nos três modais – rodoviário, ferroviário e hidroviário.

AGROANLYSIS **Como avaliar o Movimento Pró-Logística?**

EDEON VAZ FERREIRA Trata-se de um movimento formado por dez entidades de classe: a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja); a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa); a Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat); a Organização das Cooperativas Brasileiras – Seção Mato Grosso (OCB/MT); a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato); a Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (FIEMT); a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO); a ONG Instituto Ação Verde; a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM); e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Este movimento tem como objetivo a redução dos custos de frete para o estado do Mato Grosso. Nessa missão, articulamos soluções de alternativas de infraestrutura junto aos Poderes Executivo e Legislativo e, quando necessário, o Judiciário. Inicialmente, elegemos cinco grandes obras. A conclusão da BR-163, no trecho Mato Grosso-Santarém, no Pará; a pavimentação da BR-158, no trecho do Mato Grosso; a implantação da BR-242, ligando a BR-163 à BR-158; a implantação da FICO (Ferrovia de Integração Centro-Oeste); e a

> “NA SAFRA PASSADA, A PRODUÇÃO MATO-GROSSENSE FOI DE 45 MILHÕES DE TONELADAS ENTRE SOJA E MILHO, E DEVEMOS REPETIR ESTE NÚMERO NESTE ANO. TEMOS CONDIÇÕES DE, DENTRO DE DEZ ANOS, CHEGAR A 100 MILHÕES DE TONELADAS.”



implementação da hidrovia Teles Pires-Tapajós. Depois, incorporamos outras prioridades, como a implantação da BR-080, ligando Ribeirão Cascalheira a São Miguel do Araguaia, em Goiás; a implementação da hidrovia do Paraguai e dos portos do Norte e, assim, desenvolvendo ações para a implantação dos portos e estação de transbordo de cargas da região Norte do Brasil. O movimento, a partir de então, mobilizou-se para atender todas essas demandas. Conseguimos que todas estas iniciativas estejam em obras, sendo algumas em fase de estudo efetivo e outras, em estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental.

AGROANALYSIS **Quais as alternativas para o escoamento da produção pelo Arco Norte, a curto e médio prazo?**
EVF Já temos três rotas de escoamento pelo Arco Norte. A primeira rota e que já está em pleno funcionamento é a da BR-364, no sentido Porto Velho-RO, transportando em barcaças. São duas estações de transbordo de carga. As barcaças descem os rios Madeira e Amazonas, embarcam em navios em Itaquatiara-AM e em Santarém-PA. Esta rota transportou 4 milhões de toneladas, no ano passado, e, neste ano, estimamos que ela deve transportar 4,7 milhões de toneladas. Já é uma rota consagrada. A segunda é a da BR-158 até Redenção-PA, de onde, por rodovias estaduais do Pará e do Tocantins, alcançamos a cidade de Colinas do Tocantins, e, de lá, chegamos ao terminal de Almirante, na ferrovia Norte-Sul – esta rota é rodoviária até o terminal de Almirante e, a partir daí, ferroviária, pela ferrovia Norte-Sul. Vai, então, até Açailândia-MA, por meio da ferrovia dos Carajás, até o Porto de Itaqui, lá no "cantão" da Madeira. No ano passado, foram transportadas 800 mil toneladas nesta rota e, neste ano, devemos chegar a 1,5 milhão de toneladas.
Já a terceira rota, muito importante, é a da BR-163, que dá acesso a uma estação de transbordo de carga em Mirituba, um distrito da cidade de Itaituba-PA, na margem direita do rio Tapajós, onde se iniciou as operações no terminal da Bunge; existem projetos para a implantação de mais nove terminais, além deste terminal. Serão dez terminais entre Mirituba e uma localidade chamada Santarenzinho – alguns já com licença de instalação, outros com licença prévia. Todos estes projetos têm participação da iniciativa privada e passam por várias fases. Em Santarém, trata-se de um porto, e não de uma estação de transbordo de carga, que recebe produtos de Porto Velho – aquele 1,5 milhão de toneladas citado anteriormente – e, também, por caminhão, pela BR-163, mais de 600 mil toneladas. Estima-se que, neste ano, já com o funcionamento do Terminal Bunge, serão 2 milhões de toneladas em Mirituba e 1 milhão de toneladas em Santarém.

> "...A MÉDIA DE CUSTO DO PARANÁ PARA ESCOAR A PRODUÇÃO, HOJE, DEVE ESTAR MAIS OU MENOS DE US$ 35 A US$ 38 POR TONELADA. O MATO GROSSO GASTA US$ 133 POR TONELADA."

AGROANALYSIS **Diante do caos logístico existente, há possibilidade da produção do Centro-Oeste continuar a crescer?**
EVF Acreditamos que sim. O mercado internacional é comprador, os preços da soja são estimulantes e estamos melhorando a infraestrutura. À medida que a infraestrutura vai se ampliando, o mesmo vai acontecendo com a produção. O Mato Grosso plantou, na última safra, 8,2 milhões de hectares de soja, e boa parte desta área, em uma segunda fase, também será plantada com milho. Na safra passada, a produção mato-grossense foi de 45 milhões de toneladas entre soja e milho, e devemos repetir este número neste ano. Temos condições de, dentro de dez anos, chegar a 100 milhões de toneladas. Isso vai depender da disponibilidade que tivermos de infraestrutura de transporte adequada, que possibilite ao produtor uma melhoria na sua rentabilidade.

AGROANALYSIS **A realização dos estradeiros é uma mobilização de resultados?**
EVF Sentimos que sim. Temos dois tipos de mobilização: uma delas é com as autoridades e a outra, com os estradeiros, nos quais levamos produtores e investidores – especialmente, fundos de investimento nacionais e internacionais. Ambos têm tido excelentes resultados. Durante o último estradeiro que fizemos pela BR-163, contamos com a participação de dezesseis fundos de investimento. Os estradeiros são realizados de forma organizada, com paradas programadas, e isso tem atraído muitos interessados, principalmente investidores.

AGROANALYSIS **A concessão da BR-163, a chamada Rodovia da Produção, muda o cenário futuro?**
EVF Temos dois trechos. O de Sinop até a divisa com o estado do Mato Grosso foi licitado há pouco, e a Odebrecht ganhou. Vai melhorar, significativamente, o escoamento da produção em direção a Paranaguá, São Francisco do Sul e Santos, porque haverá melhor trafegabilidade e, consequentemente, redução dos custos com caminhão, tanto em manutenção, quanto em combustíveis, além da redução no tempo do transporte. Com isso, ganham a sociedade e o setor

produtivo. Estamos trabalhando, agora que a própria presidente Dilma sinalizou positivamente, em sua visita a Lucas do Rio Verde-MT, durante a solenidade de abertura da colheita da soja, para viabilizar os estudos de duplicação da estrada de Sinop até Miritituba. Temos um montante muito grande de produtos a ser escoado, e, atualmente, o transporte é feito por meio de uma rodovia de mão dupla, que precisa ser reforçada urgentemente, pois, se não o for, vai arrebentar antes de começar a construção da segunda via. Sua duplicação passa a ser uma das principais reivindicações. Num primeiro momento, pretendemos esta duplicação; em seguida, a criação da ferrovia; e, finalmente, a viabilização da hidrovia.A hidrovia, que é a do rio Teles Pires e do rio Tapajós, só é viável com a construção de barragens, que vão gerar energia elétrica e, também, possibilitar o transporte – isso, obviamente, com a construção simultânea das eclusas. Então, se chamarmos a capacidade da hidrovia, uma ferrovia bem estruturada e mais a rodovia duplicada, aí, sim, vamos ter condições de dar uma vazão muito maior aos produtos, e, inclusive, outras regiões poderão escoar sua produção nesse sentido.



Agroanalysis A federalização de estradas é a solução?

EVF Acredito que essa duplicação de estradas deva ser a primeira solução e, possivelmente, a mais rápida. O nosso crescimento de exportação será muito grande. De 3 milhões de toneladas neste ano, estimamos que, em 2015, passaremos para 6 milhões de toneladas; em 2016, serão 12 milhões de toneladas; e, em 2017, nós iremos para 18 milhões de toneladas. A necessidade de investimento é urgente. A implantação de uma ferrovia é mais demorada, mas uma das duas tem que sair, e o quanto antes melhor. Mas, na nossa avaliação, há espaço para todos os três modais.

Agroanalysis E qual é o peso do frete na competitividade da soja mato-grossense?

EVF Para se ter uma ideia, a média de custo do Paraná para escoar a produção, hoje, deve estar mais ou menos de US$ 35 a US$ 38 por tonelada. O Mato Grosso gasta US$ 133 por tonelada. Temos que buscar alternativas de redução deste custo. Pelo Arco Norte, considerando os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário, teremos, no mínimo, uma redução de 34% a 35% de custo do frete. Teremos uma redução no frete marítimo, assim como iremos ganhar em frete rodoviário, porque nós vamos reduzir de 2.300 km, entre Sorriso e Santos ou Paranaguá, para 1.000 km, e mais 1.000 km hidroviários. Quando conseguirmos implementar a hidrovia Teles Pires-Tapajós ou a rodovia, poderemos reduzir ainda mais esse custo. E, então, o Mato Grosso passa a ser, de fato, competitivo, não só na soja, mas também no milho.

Agroanalysis Mesmo com essa situação ainda desfavorável, as empresas anunciam a instalação de terminais?

EVF Todas as empresas estão superinteressadas na instalação de terminais. Todo mundo quer investir no Norte, porque existem muitos problemas no Sul, tanto em Santos, quanto em Paranaguá, principalmente no que diz respeito ao congestionamento, ao tempo que o navio fica parado, aguardando para acostar. No Norte, não acontecerão problemas como esse. A concorrência é muito menor; serão menos navios. Para se ter uma ideia, nós chegamos a ter, ao largo de Santos, 120 navios; muitos ficaram sessenta e dois dias parados, com despesas diárias de US$ 35 mil a US$ 40 mil. Quanto dá isso? Então, para eles, é muito melhor investir lá no Norte, porque não tem problema de demora. É o navio chegar, acostar, carregar e ir embora.

Agroanalysis Existem estimativas para as perdas devido à falta de escoamento e armazenagem?

EVF Estamos tentando fazer estes estudos e não chegamos a números expressivos, porque, hoje, por exemplo, não estamos perdendo soja pela falta de armazém ou pela falta de caminhão para transportar; estamos perdendo para as intempéries que prejudicam a colheita e, então, perde-se, não tem jeito. Mas, ainda não conseguimos dimensionar a perda de produto na lavoura por falta de armazenagem. Sem dúvida, é necessária a construção de armazéns, porque nosso déficit é enorme, temos condições de atender apenas 65% de nossa necessidade. Mas, temos que considerar também que temos uma janela de entrega de soja para o mercado mundial, que começa em fevereiro e vai até junho. A maior pressão de entrega que temos é neste período. Então, dificilmente, armazenamos um volume maior de soja. Precisamos ter armazéns para o milho, que não tem esse pico de escoamento. O milho acontece nos doze meses do ano, tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo. Temos que ter armazenamento para poder gerir melhor esse escoamento. Fevereiro, março, abril e maio – principalmente março e abril – são picos de escoamento de produtos. Se tivermos capacidade de armazenar o que foi colhido em janeiro e fevereiro – o ideal seria colher em março e abril –, sairíamos desse afogamento de ter que jogar em caminhão produto que ainda não está no padrão adequado. Além da armazenagem, temos que ter uma supercapacidade de secagem, porque, nesse período de chuvas, às vezes, leva-se muito tempo para trazer o produto para o padrão de 13% a 14%, e ele está sendo colhido, às vezes, com 23% a 24%. ■

Macroeconomia

A TRAJETÓRIA DOS JUROS E A MALDIÇÃO DO ETERNO RETORNO

Clemens Nunes*

EM FEVEREIRO, o Banco Central aumentou a taxa de juros básica para 10,75% a.a. Esta foi a oitava alta do corrente ciclo de aperto monetário. Este evento carrega um conteúdo simbólico. Nesse patamar, a taxa de juros retornou ao valor de janeiro de 2011, no início deste mandato presidencial. Três anos depois, retornamos ao mesmo patamar de juros, com inflação próxima ao topo da meta e crescimento baixo (média de 2% a.a.). A natureza simbólica deste evento remete-nos à mitologia grega. Sísifo, rei de Éfira, era considerado o mais astuto dos mortais. Sua rara combinação de malícia, rebeldia e esperteza foi capaz de enganar até o deus da Morte, Tânato, tornando o rei imortal. Enfurecido pelas suas ações, Zeus condenou Sísifo à maldição do eterno retorno. Esta maldição consistia em fazê-lo rolar uma enorme pedra até o cume de uma montanha. Ao se aproximar do topo, surgia uma força irresistível que levava a pedra de volta ao ponto de partida, onde Sísifo reiniciava sua jornada em direção ao topo, por toda a eternidade. A natureza terrível desta maldição estava baseada no esforço inútil e na frustração sem fim.

Seria a trajetória dos juros, nos últimos três anos, uma espécie de maldição do eterno retorno? No regime de metas de inflação, a taxa de juros básica deve ser calibrada de modo a levar a economia a um crescimento sustentado com inflação controlada. A condução da política monetária para garantir esta combinação depende fundamentalmente do equilíbrio entre a demanda da economia e o lado da oferta. Fatores como crescimento da produtividade, disponibilidade de mão de obra qualificada e infraestrutura eficiente permitem que o equilíbrio seja atingido com uma taxa de juros mais baixa. Neste período (2011-2013), os estímulos do lado da produção foram insuficientes para atender o crescimento da demanda. A diferença entre a demanda e a produção domésticas aumentou em 1,4% p.p. do PIB. A taxa de investimento anual média (formação de capital) foi de 19,0% do PIB – 0,8% p.p. superior a 2010. No mercado de trabalho, há escassez de mão de obra e aumentos salariais reais acima da produtividade. Quanto à infraestrutura, o investimento público médio (4,6% do PIB) permaneceu no mesmo valor de 2010, enquanto as concessões ao setor privado foram paralisadas, sendo retomadas apenas em 2013.

A tentativa de conduzir a economia para um novo equilíbrio com taxas de juros mais baixas está na origem do ciclo de afrouxamento monetário iniciado em agosto de 2011. Ao abdicar da política monetária para conter a inflação, a alternativa escolhida foi o controle de preços essenciais da economia. Esta ação, além de insuficiente para trazer a inflação à meta, produziu graves distorções. O controle dos preços da gasolina produziu graves prejuízos ao setor sucroalcooleiro e à Petrobras. A decisão de não reajustar os preços da energia elétrica, em virtude do acionamento das termelétricas, gerou um gasto fiscal extra de R$ 9,8 bilhões somente em 2013. As intervenções do Banco Central para evitar a desvalorização da taxa de câmbio contribuíram para o crescente déficit em conta-corrente (3,66% do PIB, em 2013), penalizando os setores exportadores. Esses desequilíbrios, aliados às operações fiscais não convencionais e às intervenções no setor elétrico e no programa de concessões de infraestrutura, produziram ruído junto ao setor privado e a investidores externos. Os resultados obtidos foram frustrantes. A inflação permaneceu elevada e o crescimento foi inferior ao do histórico recente. O fato é que não foram criadas condições do lado da oferta que possibilitassem uma redução sustentada da taxa de juros no período.

O cenário macroeconômico prospectivo dependerá fundamentalmente de como esse delicado equilíbrio será reestabelecido. Uma opção de continuidade pelo arranjo recente será carregar a pedra ao topo da montanha para vê-la rolar novamente em direção à base. Persistir nesse propósito seria um verdadeiro trabalho de Sísifo. Por sua vez, a adoção de um novo arranjo, que reestabeleça o equilíbrio de curto prazo, elimine as distorções criadas e encaminhe a agenda de questões estruturais, pode levar a um cenário menos adverso. O Governo procura sinalizar uma mudança de rumo, em meio à desconfiança dos agentes: na política monetária, acena prosseguir com o ciclo de aperto monetário iniciado em abril de 2013; na política fiscal, promete contenção dos gastos; e, no lado microeconômico, promete acelerar as concessões para infraestrutura. Como Sísifo, tenta mostrar que abdicou da esperteza para escapar da maldição do eterno retorno. No entanto, mesmo que o intento seja verdadeiro, os desequilíbrios gerados no passado recente são de difícil reversão no curto prazo – particulamente em meio à disputa eleitoral e a um cenário externo adverso no futuro, agravado pelo rebaixamento da nota brasileira pela Standard & Poor's, mas esse assunto fica para uma próxima coluna. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP- FGV)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail
psroque@uol.com.br ou paulo@sincronismocomunicacao.com

BRASIL MOSTRA INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA-FLORESTA NA ONU



Pela primeira vez, um estado brasileiro foi destaque na sede principal da Organização das Nações Unidas. Durante o último mês de março, a sede da entidade sediou a exposição "Mato Grosso do Sul Visto Pelo Mundo". A mostra inédita divulgou as potencialidades turísticas, culturais, industriais e do agronegócio do Mato Grosso do Sul. Um dos destaques nessa linha foi a apresentação do livro "Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta: a produção sustentável". A publicação teve a participação de cientistas da Fundação MS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Embrapa Monitoramento por Satélite (Campinas-SP), Embrapa Caprinos e Ovinos (Sobral-CE) e Embrapa Cerrados (Planaltina-DF), sendo organizada pela Embrapa Gado de Corte (Campo Grande-MS).

COMEÇAM OS PREPARATIVOS PARA A AGRISHOW 2014

No período de 28 de abril a 2 de maio, vai acontecer mais uma edição da Agrishow, no Polo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Centro-Leste, em Ribeirão Preto-SP. Considerada a maior feira de tecnologia agrícola em movimento da América Latina e uma das três maiores do mundo, a Agrishow 2014 ocupará 440 mil m^2 em área de exposição. Uma das novidades da 21ª feira será o lançamento do Prêmio Brasil Agrociência, uma iniciativa que prevê premiação inicial de R$ 150 mil para pesquisadores que desenvolverem estudos que contribuem ou contribuirão para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Na edição do ano passado, a feira contou com 790 marcas expositoras e participantes, recebeu 150 mil visitantes e movimentou R$ 2,6 bilhões.

MATO GROSSO, PRIMEIRA VISITA DE GELLER

Três dias após tomar posse no cargo de ministro da Agricultura, o gaúcho Neri Geller visitou o estado onde é produtor rural. Em Cuiabá, prometeu que trabalhará para melhorar ainda mais a política agrícola brasileira e a logística do País, em especial a do Mato Grosso. Afirmou que uma das prioridades da sua gestão será a estruturação portuária do País e destacou, também, a importância da duplicação da BR-163.

MAGISTRADOS CONHECEM O CAMPO

Diante de problemas relacionados às questões indígena, fundiária e ambiental, a Famato, em parceria com o Tribunal de Justiça (TJ-MT), realizou, em Sorriso, o I Seminário sobre o Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso e seus Reflexos no Sistema Judicial. Com palestras e visitas técnicas, o evento teve como objetivo ajudar os magistrados a conhecer a dinâmica do agronegócio mato-grossense – principalmente o trabalho desenvolvido nas propriedades e cooperativas – e, assim, esclarecer as dúvidas dos produtores com relação à legislação e ao papel dos juízes nas decisões que envolvem o setor. Cerca de 500 pessoas, entre juízes, desembargadores, advogados, produtores, acadêmicos de Direito, Agronomia e Medicina Veterinária, servidores públicos e professores, participaram do Seminário.

AGROTÓXICO E TRANSGÊNICO



As discussões sobre agrotóxicos e transgênicos devem ser baseadas em informações precisas, científicas, e não mais em "achismos". A afirmação é do presidente da ONG AgroBrasil, Xico Graziano, um dos palestrantes do seminário promovido pela Famato e pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso. Ao falar dos mitos e realidades sobre os agrotóxicos e transgênicos, destacou que muitas das interpretações da sociedade sobre a atual realidade do uso de defensivos na agricultura são influenciadas pelo conhecimento adquirido no passado. Com relação aos transgênicos, Graziano lembrou que, no mundo, existem 150 milhões de hectares de lavouras cultivados com sementes geneticamente modificadas há mais de vinte anos e que, na literatura médica, nunca foi registrado algum problema de saúde humana.

CLIMA NÃO IMPEDE CRESCIMENTO DO VBP

O impacto das secas nas principais regiões produtoras tem preocupado a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), diante das previsões de queda na produção. Segundo estudos realizados pela entidade, as perdas nas lavouras de café devem chegar a 20% e, nas de soja, a 5%. Devido à redução da oferta dos produtos que tiveram suas lavouras afetadas, o Valor Bruto da Produção (VBP) do setor agropecuário em 2014 deve chegar a R$ 444,8 bilhões, crescimento de 5,5% em relação ao ano passado. Para a pecuária, a previsão de faturamento, neste ano, é de R$ 159,7 bilhões, 5,3% superior à registrada em 2013, puxada pela carne bovina, cujo VBP deve ser de R$ 71 bilhões, elevação de 9% na comparação ao ano passado.

AUDITORIA DA UE VISA IMPORTAÇÃO DE CARNE

Em outubro, virá ao Brasil uma missão da autoridade sanitária da União Europeia (UE) para realizar auditoria em Tocantins, Rondônia e Distrito Federal. O objetivo é a importação de carne bovina desossada e maturada destes estados. Para atender um dos mais exigentes mercados do mundo, o Governo anunciou que, até a época da visita, estará em pleno funcionamento, em cada uma destas Unidades da Federação, o Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov).

CHINA HABILITA MAIS SEIS FRIGORÍFICOS BRASILEIROS

O governo chinês suspendeu oficialmente o embargo às exportações de seis frigoríficos brasileiros, sendo cinco unidades de carne de frango e uma de carne suína. Segundo a União Brasileira de Avicultura (UBABEF), a previsão de crescimento é de 2,0% a 2,5% no volume de carne de frango embarcado em 2014 em relação ao ano passado. Os chineses estão entre os dez maiores importadores de carne de frango do Brasil. Em 2013, foram embarcadas para aquele mercado 190,3 mil toneladas, ou US$ 440,7 milhões. Já as exportações de suínos para aquele mercado, de acordo com o Ministério da Agricultura, somaram 1,28 mil toneladas no ano passado, totalizando US$ 3,4 milhões.

POLÍTICOS PRESTIGIAM NOVA DIRETORIA DA SRB



A solenidade de posse do novo presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Gustavo Diniz Junqueira, foi superconcorrida e mostrou a importância, não só econômica, mas também política do agronegócio. Presentes, estiveram três pré-candidatos ao governo de São Paulo: o governador Geraldo Alckmin (PSDB), candidato à reeleição, Alexandre Padilha (PT) e Gilberto Kassab (PSD); além do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Eduardo Suplicy (PT) e o ex-governador José Serra (PSDB). Representantes de várias entidades da cadeia produtiva do agronegócio também prestigiaram a posse de Junqueira, como a secretária de Agricultura de São Paulo, Mônika Bergamaschi; os deputados federais Guilherme Campos (PSD-SP), Marcos Montes (PSD-MG), Eduardo Sciarra (PSD-PR) e Duarte Nogueira (PSDB-SP); os deputados estaduais de São Paulo, Barros Munhoz (PSDB), Welson Gasparini (PSDB) e Itamar Borges (PMDB); além de três ex-ministros da Agricultura, Alysson Paolinelli, Marcus Vinícius Pratini de Moraes e Roberto Rodrigues.

SUCO PRONTO CONQUISTA NOVOS LARES BRASILEIROS

Pesquisa divulgada pela Nielsen indica que o consumo de bebidas não alcoólicas no Brasil teve crescimento de 0,3% entre 2012 e 2013. Dentre os destaques, o consumo da categoria de suco pronto, que cresceu 12,5% no período, ganhou mais de 1,7 milhão de novos domicílios, predominantemente no Sul do País e na Grande Rio de Janeiro, em lares com nível socioeconômico médio, com donas de casa de cinquenta e um anos ou mais.

CAI CONSUMO DE CAFÉ EM 2013

Pesquisa da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) apontou uma queda de 1,23% no consumo de café no Brasil em 2013, totalizando 20,08 milhões de sacas de 60 kg, em comparação aos 20,33 milhões de sacas em 2012. Apesar de pequena, a queda preocupa, uma vez que esta retração foi atribuída ao fato de que a mesa do café da manhã do brasileiro ganhou inúmeras novas opções de bebidas prontas para o consumo, como sucos, achocolatados e bebidas à base de soja.

"As projeções que temos para 2014 são de que o agro deverá crescer 4% neste ano, chegando a R$ 1 trilhão. Caso se confirme este resultado, o PIB do setor terá um crescimento de 34% em dez anos. No entanto, nada pode ser mais importante do que a saúde animal e vegetal."

SENADORA KÁTIA ABREU (PMDB-TO), ao defender, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a aprovação do Projeto de Lei que veda o contingenciamento de recursos para a saúde animal e vegetal

"De nada adianta divulgarmos que temos o produto mais barato se a logística o faz caro na prateleira."

CAIO CEZAR FERNANDEZ VIANNA, diretor presidente da Cooperativa Central Gaúcha (CCGL), ao coordenar o seminário "Safra Agrícola versus Escoamento Logístico", na Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque (RS)

"Desperdiçar água simboliza o passado. O Amazonas e os demais grandes rios brasileiros sempre transmitiram uma noção equivocada de fartura do precioso líquido, criando entre nós a impressão de ser a água um bem infinito."

XICO GRAZIANO, ex-secretário das pastas de Agricultura e do Meio Ambiente do estado de São Paulo, no artigo "Água Seca", publicado no site Rema Brasil

"O mercado de carne bovina brasileiro iniciou 2014 com o pé direito, mantendo um ritmo de crescimento sustentável. Estamos muito satisfeitos em constatar que nossa estratégia de expansão de negócios vem sendo desenvolvida com sucesso, o que nos possibilitará bater a marca de US$ 8 bilhões até o final do ano."

ANTÔNIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

"O Ministério da Agricultura deve ser respeitado e mais compreendido. Se não houver compreensão do papel da agricultura na economia brasileira, não vai haver respeito, admiração e políticas públicas. Se o agronegócio representa 22% do valor do PIB brasileiro, gera 30% dos empregos, é responsável por 90% do saldo comercial, tem que ser tratado com mais respeito e com estratégia adequada."

ROBERTO RODRIGUES, ex-ministro da Agricultura, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas e embaixador do Cooperativismo na Organização das Nações Unidas (ONU), em visita ao Paraná com objetivo de conhecer com mais detalhes o trabalho realizado pelo sistema cooperativista deste estado, especialmente o Programa de Autogestão



"De modo geral, a safra no Uruguai está muito boa, devendo ficar com produtividade acima dos 2,2 mil kg/ha. A grande preocupação dos produtores é o clima. Mas, é importante lembrar que, mesmo com 2 mil kg/ha, um produtor uruguaio tem 200 dólares a mais de renda do que um produtor que colhe 3,2 mil kg/ha no Mato Grosso."

GLAUBER SILVEIRA, presidente da Aprosoja Brasil e produtor rural, em artigo publicado no site da entidade

"É uma conquista fundamental para o nosso setor, mostrando a alta capacidade competitiva brasileira, plenamente apta a atender as demandas do mercado internacional de carne de frango."

FRANCISCO TURRA, presidente executivo da União Brasileira de Avicultura (UBABEF), sobre a habilitação, pelo governo da China, de mais cinco plantas brasileiras para exportações de carne de frango para tal mercado

Economia chinesa

NOVOS SINAIS DE DESACELERAÇÃO

Felippe Serigati[1] Roberta Possamai[2]

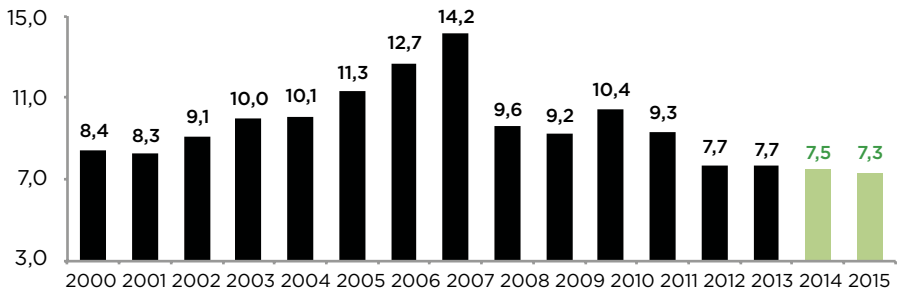
ATUALMENTE, A economia mundial conta com duas locomotivas principais: a economia norte-americana (em recuperação) e a economia chinesa (em desaceleração). Desde a crise de 2008, enquanto os Estados Unidos travavam uma batalha para salvar seu sistema financeiro, a economia mundial contou pesadamente com a força dos chineses como fonte de fôlego e dinamismo. Todavia, nos primeiros meses de 2014, o modelo de crescimento chinês voltou a dar sinais de desgaste: houve uma acomodação da expansão (i) da produção industrial; (ii) do varejo; e (iii) dos investimentos nos primeiros dois meses do ano, em comparação ao mesmo período de 2013. Embora seja desconfortável no curto prazo, é importante que este gigante asiático descanse um pouco e reorganize sua economia, para que continue sendo uma das duas principais locomotivas da economia mundial.

A dependência mundial em relação ao crescimento chinês

Embora, em 2013, a economia chinesa tenha crescido "apenas" 7,7%, ela respondeu sozinha por mais de 30% da expansão da economia mundial. Nos últimos anos, por mais que o PIB chinês tenha crescido a taxas cada vez menores, a sua contribuição para aquecer a economia mundial só tem aumentado. Não há mágica nesses números; eles são resultado da combinação de uma taxa elevada de crescimento do PIB (apesar da desaceleração, poucos países registraram crescimento sequer próximo às marcas chinesas) justamente na segunda maior economia do Planeta; economia esta que, em 2013, conseguiu gerar uma renda de US$ 9,31 trilhões.

A desaceleração da economia chinesa veio para ficar. Os anos em que ela crescia acima de 10% a.a. já ficaram para trás. O mundo, agora, terá que lidar com uma China que cresce em patamares mais modestos (importante: para padrões chineses!) e com viés de baixa, conforme previsões do próprio FMI. Enfim, a desaceleração de uma economia tão importante como esta deve impactar negativamente diversos países, com especial destaque para aqueles que têm os chineses como seus principais parceiros comerciais. Esse é o caso do Brasil.

CHINA: CRESCIMENTO DO PIB (% A.A.)



Fonte: FMI



SHUTTERSTOCK

Por que o gigante precisa descansar?

A perda de ritmo da economia chinesa deriva do esgotamento do modelo de crescimento adotado na última década. Neste modelo, as exportações impulsionavam as elevadas taxas de investimento, fazendo o PIB expandir-se fortemente. Mesmo com a crise de 2008 e a consequente perda de fôlego do comércio internacional, principalmente envolvendo os países centrais, o governo chinês manteve acelerado o ritmo dos investimentos. Por mais que a China tenha avançado com mais agressividade sobre os mercados emergentes, a dimensão e o poder de compra destes compensaram apenas em parte a perda de mercado causada pela crise nas economias centrais. Com isso, a economia chinesa tem acumulado desequilíbrios cada vez maiores. Entre estes desequilíbrios, merecem destaque:

• Provável bolha imobiliária proveniente da combinação de altos investimentos

em construção civil, sem que a demanda tenha expandido na mesma proporção.

• Crescente capacidade instalada ociosa, resultado das elevadas taxas de investimento e do menor dinamismo do comércio internacional. Isso faz com que o retorno previsto para os novos investimentos seja cada vez menor.

• A combinação dos dois desequilíbrios anteriores explica o crescimento da inadimplência, principalmente nos créditos para pessoa jurídica. Com uma inadimplência maior, o balanço dos bancos chineses fica prejudicado, exigindo repasses das autoridades locais.

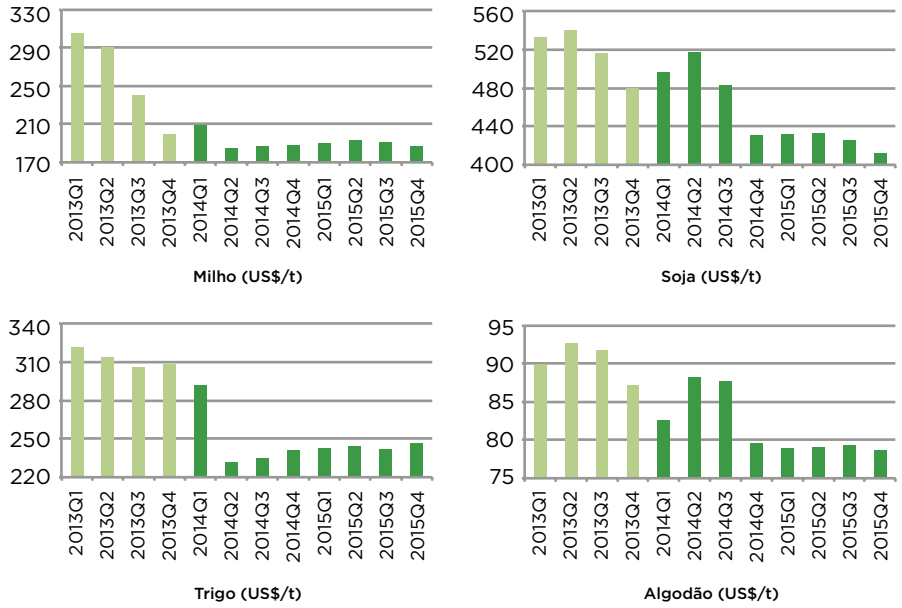
Os desafios de mudar o modelo de crescimento

Dado que o modelo de crescimento econômico puxado pela combinação investimentos/exportações tem apresentado sinais de esgotamento, é necessário buscar uma nova fonte de dinamismo. A principal aposta do governo chinês é o fortalecimento do seu mercado consumidor interno. Ou seja, a lógica é suprir com consumo doméstico parte da demanda perdida pela retração do consumo norte-americano, europeu e, nos últimos dois anos, também dos demais países emergentes. Isso significaria reduzir, paulatinamente, a participação da indústria no PIB, aumentando a dos serviços. De maneira análoga, diminuiria, aos poucos, a participação dos investimentos, em favorecimento ao consumo das famílias.

Essa transição de modelo de crescimento é fácil somente no papel. Por exemplo, para expandir o consumo interno, seria necessário aumentar a massa de rendimentos da população. Isso implicaria aumentar, principalmente, os salários, o que, por sua vez, levaria a uma elevação do custo da mão de obra e, consequentemente, a uma redução da margem de lucro das empresas. Se lembrarmos que o retorno dos investimentos está cada vez menor, um possível aumento no custo da mão de obra, com certeza, não seria a notícia mais bem-vinda.

Outra face desta transição é a necessidade de fortalecer o mercado de crédito para pessoa física. Porém, a decisão de tomar crédito é individual. Surge, então, a dúvida de como fazer com que uma população fortemente poupadora esteja disposta a se aventurar em dívidas para financiar consumo.

PREVISÕES DO FMI PARA O PREÇO DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS



Fonte: FMI

Brasil está sentindo a desaceleração chinesa

A mudança do modelo de crescimento econômico chinês impacta a economia brasileira diretamente. A China é, de longe, o principal destino final das nossas exportações de *commodities* agrícolas e minerais. Para se ter uma ideia dessa importância, em 2013, os chineses sozinhos compraram 49% das exportações brasileiras de produtos agrícolas e 47% das exportações brasileiras de produtos minerais.

Apesar destes números serem muito semelhantes, a mudança do modelo de crescimento chinês irá impactar os mercados das *commodities* agrícolas e minerais de maneira distinta. Por um lado, a tendência é de que as importações chinesas de minérios retraiam-se, já que eles são as principais matérias-primas dos investimentos em formação bruta de capital fixo. Por outro lado, o gigante asiático deve manter o ritmo de aquisição de alimentos, dado que a estratégia, agora, é fortalecer ainda mais o seu mercado consumidor.

Por fim, é pouco provável que as exportações de produtos agrícolas consigam compensar a perda de saldo da balança comercial diante da redução das exportações de minérios, uma vez que o patamar dos preços de ambas as *commodities* mudou e será menor do que aquele praticado nos últimos anos. Por trás da redução deste patamar de preços, está a migração de recursos financeiros alocados em ativos associados aos preços das *commodities* para ativos financeiros mais tradicionais. Mesmo que os fundamentos (demanda) estejam presentes para as *commodities* agrícolas, seus preços passarão a operar em um patamar menor. Essa não é uma profecia de economistas pessimistas, mas a previsão, mais uma vez, do próprio FMI. Nesse contexto, uma crise na Ucrânia dentro de uma Europa ainda debilitada, realmente, não ajudaria em nada. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippeserigati@gmail.com
2 Economista pela Universidade de São Paulo (USP) – rc.possamai@gmail.com

Laranja

DECISÃO JUDICIAL DESASTRADA

Marcos Fava Neves*

CADA VEZ mais frequentemente, as decisões do Judiciário brasileiro interferem de maneira brutal no funcionamento das cadeias produtivas, sem levar em conta as leis de mercado e arranjos contratuais e organizacionais sedimentados há anos. Ao longo da história, os citricultores sempre foram livres para plantar, cultivar e colher as laranjas por eles produzidas, bem como para vendê-las. Jamais foram proibidos de, a seu exclusivo critério, fazerem eles mesmos a colheita de suas laranjas e de as venderem.

Há pelo menos vinte anos, com o fim do antigo contrato padrão (forma de compra que durou de 1984 a 1994), as compras de laranja passaram a ser feitas majoritariamente na condição "posto fábrica". Além de continuar a fazer o plantio e o cultivo, o produtor rural assumiu majoritariamente a colheita.

Esses direitos dos citricultores – e, por extensão, de todos os produtores agrícolas brasileiros – estão ameaçados pelo Poder Judiciário. Sentença da Vara do Trabalho de Matão (processo nº 121/2010) proibiu as indústrias de suco de processarem em suas fábricas as laranjas que não tenham sua condução no campo feita por elas próprias. Existe algo como 160 milhões de árvores em produção, dos quais entre 30% e 40% são de pomares próprios das indústrias de suco. A produção das 100 milhões de árvores restantes somente poderá ser consumida por quem as plantou, cultivou e colheu.

Problemas enfrentados pelos citricultores na colheita da laranja, que utiliza mão de obra extremamente específica e sazonal, devem ser resolvidos de formas mais modernas e contemporâneas, via empresas de colheita, como acontece em todo o mundo, em que agentes especializados em serviços assumem funções nas cadeias produtivas, para dar mais escala e eficiência.

Esperamos que os Tribunais Superiores entendam o funcionamento das modernas cadeias produtivas mundiais e preservem o bom senso econômico de mais de trinta anos de atividades da cadeia produtiva do suco de laranja, que trouxe bilhões de dólares ao desenvolvimento do Brasil. ■

Dez impactos da decisão

1) Sem a alternativa de venda de frutas para a produção de suco de laranja, haverá excesso de produção e quedas bruscas de preços, inviabilizando assim a produção e fechando empresas.

2) Citricultores do mercado de fruta fresca perdem a oportunidade de vender à indústria, com risco de incorrer em grave dano econômico.

3) Os produtores de laranja passam a ser meros detentores e arrendatários de terra. Pergunta-se: ao transferir a responsabilidade de manejo de solo, plantio e colheita às indústrias, qual o papel que estará reservado ao produtor rural?

4) Esse contexto pode levar a uma situação semelhante à que ocorre na cana-de-açúcar, em que, em algumas áreas, devido à necessidade de mecanização (proibição da queima), o plantio e a colheita são feitos pelas usinas, sem a mesma eficiência na operação.

5) Na bovinocultura, os pecuaristas sempre questionam rendimento de carcaça e sua tipificação. No caso da laranja, os produtores farão grandes reclamações quanto ao monitoramento das frutas, quantidades e qualidades produzidas.

6) A integração vertical das empresas de suco (pomares próprios) pode não ser econômica e socialmente interessante para a cadeia produtiva. Na fusão da Citrosuco e Citrovita, o CADE proibiu que estas empresas aumentassem a porcentagem de pomares próprios. O objetivo era preservar ao máximo a capacidade de barganha dos produtores.

7) O mercado *spot* compra de frutas sem contrato, com preços flutuantes. Isso, muitas vezes, serve de estratégia de comercialização para melhores margens. Os produtores podem fechar a produção com contratos e no mercado *spot*.

8) Na maioria dos contratos firmados de dois a cinco anos, os produtores obrigam-se a entregar as frutas à indústria na condição "posto fábrica". A decisão tolhe a liberdade do produtor, pois não poderá migrar contratos ao longo da safra de quase vinte anos. E, no caso dos produtores com contratos firmados em mais de uma indústria, como ficaria essa situação?

9) Há rompimento dos contratos de aquisição de frutas das safras futuras produzidas nos pomares não plantados pela indústria. Como a primeira colheita comercial leva em média quatro anos desde sua implantação, aguardar essa decisão pode congelar os investimentos e levar ao fechamento de fábricas de suco de laranja.

10) A decisão poderá ser estendida às outras cadeias produtivas. Os peões de fazendas de pecuária serão contratados pelos frigoríficos; a produção de frangos, pelas indústrias de carne; o plantio e colheita de soja, pelas *tradings,* entre outros. Uma interferência dessa magnitude gerará grandes ineficiências.

* Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), *campus* de Ribeirão Preto (mfaneves@usp.br)

Soja

BOA RENTABILIDADE EM 2014

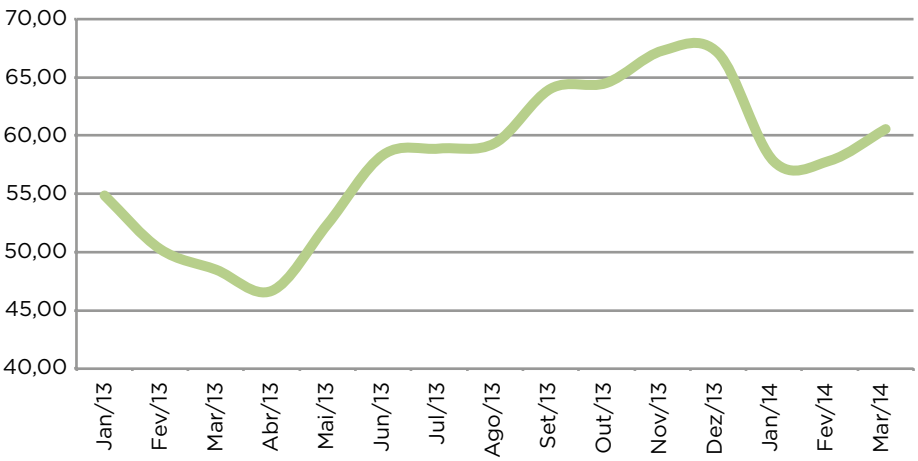
Rafael Ribeiro de Lima Filho[1] Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[2] Alcides de Moura Torres Junior[3]

AS RENTABILIDADES estimadas para a safra atual estão menores do que a verificada em 2012/13, mas, ainda assim, representam resultado positivo para o agricultor.

O clima adverso do primeiro trimestre de 2014 no Brasil mudou o cenário para os preços dos grãos na safra 2013/14. Depois de forte calor e seca, vieram as chuvas em excesso, particularmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, que diminuíram as expectativas com relação à produção nacional. Como consequência, os preços dos grãos subiram em plena colheita da safra de verão.

Em Rondonópolis, no estado do Mato Grosso, a saca de 60 quilos ficou cotada, em média, em R$ 61,00 na primeira quinzena de março. Em relação aos valores praticados no final de janeiro, quando o mercado começou a firmar, a alta foi de quase 10,0%. Quando se compara ao mesmo mês do ano passado, a cotação está 20,0% mais alta.

PREÇO DA SOJA EM GRÃO EM RONDONÓPOLIS-MT (EM R$/SACA DE 60 QUILOS)



Fonte: Scot Consultoria

> "AS RENTABILIDADES ESTIMADAS PARA A SAFRA ATUAL ESTÃO MENORES DO QUE A VERIFICADA EM 2012/13, MAS, AINDA ASSIM, REPRESENTAM RESULTADO POSITIVO PARA O AGRICULTOR."

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) revisou para baixo a produção brasileira da soja no relatório de fevereiro e março. A expectativa é de que sejam colhidos 85,44 milhões de toneladas em 2013/14, frente aos 90,33 milhões de toneladas estimados em janeiro de 2014.

Apesar da queda da expectativa, o volume previsto ainda está maior do que os 81,49 milhões de toneladas colhidos na safra 2012/13. Com a previsão de queda da produção, o Brasil perdeu o posto de maior produtor mundial para os Estados Unidos, cuja colheita foi de 89,51 milhões de toneladas de soja.

Resultados econômicos

O custo médio de produção de soja aumentou na safra 2013/14, em relação à safra anterior. Segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), no Mato Grosso, os custos operacionais totalizaram R$ 1.831,29 por hectare, um aumento de 21,2% na comparação a 2012/13. O preço médio de venda está em R$ 61,93 por saca de 60 quilos, considerando a média de julho de 2013 a março de 2014. Este valor está 0,3% maior do que o preço médio de venda do grão na temporada passada (média de julho de 2012 a junho de 2013).

O IMEA estima uma produtividade média de 54,0 sacas de soja por hectare

RENTABILIDADE MÉDIA DA SOJA EM RONDONÓPOLIS-MT

	Unidade	2012/13	2013/14
Custo de produção	R$/ha	R$ 1.511	R$ 1.831
Produtividade média	Sacas/ha	50	54
Preço médio de venda	R$/saca	R$ 62	R$ 62
Receita	R$/ha	R$ 3.089	R$ 3.344
Lucro	R$/ha	R$ 1.578	R$ 1.513
Preço médio da terra	R$/ha*	R$ 11.700	R$ 12.800
Rentabilidade	**%**	**13,50%**	**11,80%**

*Preço médio de terra para agricultura na região de Rondonópolis-MT
Fonte: IMEA; Scot Consultoria

RENTABILIDADE MÉDIA DA SOJA EM PONTA GROSSA-PR

	Unidade	2012/13	2013/14
Custo de produção	R$/ha	R$ 1.702	R$ 1.827
Produtividade média	Sacas/ha	56	49
Preço médio de venda	R$/saca	R$ 69	R$ 70
Receita	R$/ha	R$ 3.870	R$ 3.440
Lucro	R$/ha	R$ 2.168	R$ 1.612
Preço médio da terra	R$/ha*	R$ 25.100	R$ 25.100
Rentabilidade	**%**	**8,60%**	**6,40%**

*Preço médio de terra para agricultura na região de Ponta Grossa-PR
Fonte: DERAL; Scot Consultoria


SHUTTERSTOCK

na temporada atual. Apesar dos problemas climáticos, o rendimento está maior do que o rendimento médio da safra anterior, cuja produtividade foi de 50,0 sacas por hectare. O faturamento com a venda da soja está estimado em R$ 3.344,28 por hectare em 2013/14, frente aos R$ 3.088,54 por hectare em 2012/13. Com isso, no Mato Grosso, a rentabilidade média da atividade em 2013/14 está estimada em 11,8%, contra 13,5% em 2012/13.

No Paraná, a rentabilidade também deverá ser menor em 2013/14, em relação a 2012/13. Além do aumento dos custos de produção, nesse caso, a forte queda na produtividade na temporada atual diminuiu o faturamento por hectare. Na região de Ponta Grossa-PR, a rentabilidade média está estimada em 6,4%, frente a 8,6% na safra passada. Os preços mais altos da terra no Paraná também se refletem em um resultado menor.

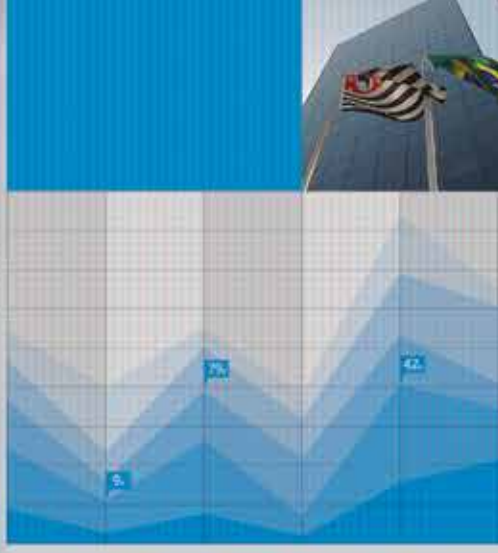
As chuvas, no final de fevereiro e começo de março, diminuíram em parte a preocupação com relação aos rendimentos das lavouras brasileiras. Os preços caíram, ou voltaram, em algumas praças e, em outras, o ritmo de alta diminuiu, com o avanço da colheita e o aumento da disponibilidade interna do grão.

O cenário ainda é de especulação e incertezas, mas, no caso da soja, o aumento da produção na América do Sul e, também, nos Estados Unidos reduz em parte a pressão sobre os preços para o médio e longo prazos. De qualquer maneira, perdas na produtividade foram confirmadas em diversas regiões do Brasil. A situação é pior nas regiões Sul e Centro-Oeste do País, onde muitas lavouras tiveram os rendimentos comprometidos pela seca e/ou excesso de chuvas. A especulação com relação às safras brasileira e argentina foi o principal fator de sustentação dos preços no primeiro trimestre de 2014. É esperar para ver... ■

1 Zootecnista da Scot Consultoria
2 Zootecnista da Scot Consultoria
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria



AGORA QUE VOCÊ PODE SER UM ECONOMISTA DE ALTO NÍVEL, QUE TAL FAZER O MELHOR INVESTIMENTO EM VOCÊ?



Cursos Mestrado Profissional:

- Finanças Quantitativas
- Macroeconomia Financeira
- Políticas Sociais

Cursos Master:

- *Business Economics*
- *Financial Economics*
- *Corporate Finance, Controllership and Economics*
- *Economic Analysis*

FGV EESP

REFERÊNCIA QUE PRODUZ REFERÊNCIAS.

eesp.fgv.br

0,33% Commodities Petróleo NY 97,55 ↑ 0,36% Commodities Petróleo NY 97,55 ↑ 0,18% Commodities

Um profissional preparado por um dos centros de ensino mais reconhecidos pela excelência, sem dúvida, reúne habilidades para contribuir com o cenário econômico de qualquer instituição. A EESP – Escola de Economia de São Paulo – oferece aos seus alunos uma sólida formação nas áreas de economia e finanças através de seus Programas de pós-graduação, nos quais os alunos são estimulados a discutir teorias e implantar processos aplicados.

Inscreva-se agora nos programas de Mestrado Profissional ou nos cursos Master.
As inscrições vão até o dia 5/5/2014 e 27/6/2014, respectivamente.

Estados Unidos

EQUÍVOCOS DA FARM BILL

A FARM Bill de 2008 expirou em setembro de 2012. Como era um ano de eleição para presidente, senadores e deputados nos Estados Unidos, os candidatos priorizavam os trabalhos nas campanhas em seus redutos eleitorais. Assim, o Congresso tomou a decisão de postergar a aprovação de uma nova versão da lei para setembro de 2013.

No entanto, diante de um contexto de enormes divisões e posicionamentos, somente neste ano o documento foi submetido à Câmara dos Deputados e ao Senado. A Farm Bill afeta em torno de 16 milhões de empregados do setor agrícola e tem impacto sobre as principais empresas do agronegócio dos EUA.

Ao longo do tempo, os gastos da Farm Bill adquiriram um novo perfil, com a orientação de subsidiar o abastecimento. No seu princípio, os recursos eram mais voltados para a produção.

O seu orçamento na versão de 2014 avançou 49% em relação ao de 2008. A participação dos programas de assistência nutricional é majoritária: na conta total, passou de 70% para 80%. Diante da desaceleração econômica no país, a ajuda para as famílias de baixa renda comprarem alimentos aumentou substancialmente: passou-se de 26,3 milhões de pessoas auxiliadas, em 2007, para 47,6 milhões, em 2012. Em 2000, esse número era bem menor, de 17 milhões.

A reforma dos programas de vale alimentação (*food stamp*) representou um dos maiores impasses para a aprovação da nova lei agrícola quinquenal. Pela primeira vez, os legisladores introduziram na lei medidas para encorajar os beneficiados a procurarem emprego.

Programas dirigidos para a produção

Os maiores destaques são os seguros contra desastres naturais e a garantia de renda, cujos subsídios foram incrementados nos últimos anos. Os contribuintes reclamam por pagarem dois terços dos prêmios de cada fazendeiro. Essa "rede de segurança" cobre aproximadamente uma dezena de produtos entre cereais e oleaginosas (veja ***Agroanalysis***, v. 34, nº 03, de março, 2014).

O *lobby* rural movimentou-se pesadamente para o fortalecimento das políticas de seguro, principalmente depois da grande seca que afligiu os campos rurais do país em 2012, quando os pagamentos do programa de seguro foram de US$ 17 bilhões. Isso praticamente serviu para deixar em pé o setor produtivo de muitos estados agrícolas. Apesar de ter começado na década de 30 do século passado, a área plantada com cobertura de seguro mais do que dobrou somente nos últimos vinte anos, correspondendo, atualmente, a mais de 100 milhões de hectares (três quartos do total), com 1,2 milhão de apólices.

A nova legislação acrescenta dois novos programas: o de Agriculture Risk Coverage (ARC – pagamentos para cobrir a diferença quando o preço de mercado estiver abaixo do preço de referência) e o de Price-Loss Coverage (PLC – pagamentos quando a renda do produtor for 86% do valor predeterminado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos). Os produtores devem optar pelo ARC ou pelo PLC apenas uma vez, sem possibilidade de alteração, para o período de 2014-2018. Se eles não apontarem formalmente a sua escolha, a opção é o ARC.

Duas políticas suplementares ajudarão os produtores a se protegerem contra desastres naturais e declínio de preços. Válido para 2014 e 2015, como período de transição, o primeiro é o Stacked Income Protection Plan (STAX – o produtor de algodão recebe indenizações de 70% a 90% da renda esperada, com prêmio de desconto de 80%). Para 2015, o segundo é a Supplemental Coverage Option (SCO – o produtor fora do ARC recebe indenizações para as perdas superiores a 14% do esperado, com prêmio de desconto de 65%).

Em linhas gerais, esses programas garantem que a renda dos agricultores nunca fique abaixo de um nível predeterminado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), independentemente dos níveis de produção. Não é preciso haver quebra de safra para o mecanismo ser acionado. A nova Farm Bill reajustou os preços de garantia, agora chamados de valores de referência, como, por exemplo, para o milho e a soja. Se os

ORÇAMENTO DA FARM BILL PARA DEZ ANOS (EM US$ BILHÕES)

Programas	2014[1]	2008[2]
Assistência nutricional	US$ 756	US$ 435
Seguro	US$ 90	US$ 64
Conservação	US$ 58	US$ 57
Commodity	US$ 44	US$ 77
Outros	US$ 10	US$ 8
Total	**US$ 856**	**US$ 641**

1 Horizonte de 2014 a 2023; 2 Horizonte de 2008 a 2017
Fonte: Congressional Budget Office

preços de mercado destas *commodities* caírem mais de 30%, as intervenções do governo entrarão em ação.

Implicações com o comércio mundial

Para a Câmara de Comércio dos Estados Unidos, ao vincular os pagamentos à área de plantio, os novos programas de garantia de renda podem prejudicar o comércio internacional. Isso porque incentivam os agricultores a aumentar o plantio simplesmente para receber os benefícios, sem levar em conta o mercado de outros produtos que poderiam ser cultivados. Assim, a produção nacional poderá ficar artificialmente inflada e reduzir os preços internacionais.

Como painéis de contestação poderão ser abertos na Organização Mundial do Comércio, a Câmara alerta os riscos dos EUA sofrerem derrota por desrespeito às normas do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC). E existem problemas no algodão (inclusive com o Brasil), açúcar, frutas e produtos florestais e pecuários, como lácteos e carnes, que seguem regras específicas.

O preço do açúcar nos Estados Unidos é o mais caro do mundo, para proteger seus produtores. O país consome 85% da sua produção interna e administra as importações mais baratas com distribuição de quotas de importação para setenta países, no total de 1,5 milhão de toneladas. Os grupos industriais consumidores de açúcar e diversas associações, como a Associação Nacional de Confeiteiros, reclamam do aumento dos seus gastos e contra a assistência federal aos produtores do produto no país. Já países concorrentes se sentem alijados do mercado.

Outro alvo de crítica é o programa de suporte ao leite, devido ao fato de não levar em conta o custo de alimentação das vacas, considerado a maior despesa para muitas grandes fazendas. A Lei de Segurança dos Lácteos da Farm Bill é acusada de aumentar artificialmente os preços do leite.

Muitas organizações também manifestaram desapontamento com a Farm Bill, como o Instituto de Carne Americano, a Associação Nacional de Carne de Gado, os Conselhos Nacionais de Frango e Suínos, a Federação Nacional de Peru e a Associação Norte-americana de Carne. Para eles, a legislação não procurou avançar para ficar mais sintonizada com a OMC em temas como os da certificação de Rotulação de País de Origem (COOL) e serviços de Inspeção de Grãos, Acondicionamento e Embarque de Gado (GIPSA). Isso abre brecha para muitos países moverem ações de retaliação na OMC, por se sentirem prejudicados nas suas exportações ao mercado americano. ■

Extinção dos pagamentos diretos

Desde o início da Farm Bill, os produtores agrícolas recebiam subsídios com base no tipo de colheita e nos preços de mercado. A decisão de plantar ocorria mais com base na política praticada pelo governo do que nas demandas do mercado. A Farm Bill de 2006, chamada de "Freedom to Farm", separou os subsídios de tais condições. A partir daí, os agricultores recebiam valores fixos, sem importar o que fosse plantado.

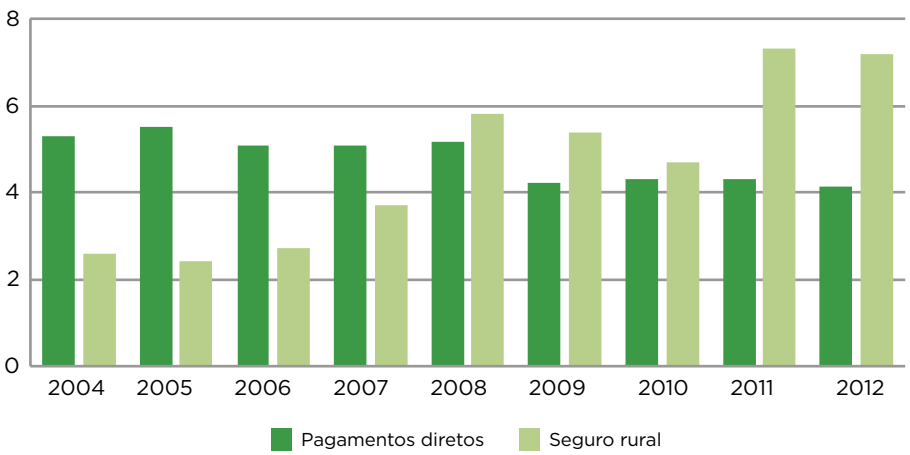
Essa lei era para ser temporária, mas foi mantida com pequenos ajustes na Farm Bill de 2008. À medida que o tempo avançou, a maior porcentagem dos recursos subsidiados ficou concentrada nas mãos de poucos grandes produtores. Entre 1996 e 2002, foram transferidos US$ 33 bilhões em subsídios. Na Farm Bill de 2008, a tentativa de eliminar os pagamentos diretos para as propriedades com renda acima de US$ 500 milhões não teve êxito.

Sobram razões para a extinção dos pagamentos diretos. Apenas 10% dos fazendeiros recebem 75% dos subsídios. O subsídio anual recebido por 1% dos fazendeiros corresponde a US$ 227 milhões, enquanto 80% ficam na média, com US$ 5 mil. Para completar, a renda média dos domicílios rurais é 25% superior à dos urbanos. O Congressional Research Service (CRS) estima que, desde 2008, os valores das fazendas aumentaram em 50%.

Outros dois programas de subsídios também foram encerrados: o Countercyclical Payment (CCP – pagamentos de 85% da área plantada quando o preço de mercado ficar inferior ao preço-meta) e a Average Crop Revenue Election (ACRE – pagamentos com base na produtividade média dos últimos cinco anos e dos preços médios nos últimos dois anos).

Com as cotações internacionais em níveis recordes, mecanismos de garantia de preço como o Programa de Pagamentos Contra-cíclicos (CCP, na sigla em inglês) não vinham sendo acionados nos últimos anos.

FARM BILL: SUBSÍDIOS PAGOS (US$ BILHÕES)



Fonte: USDA

Biocombustíveis

ÁFRICA DO SUL DEFINE MARCO REGULATÓRIO

Gilmar Paulo Henz[1] Juliana Santos Souza[2]

O MINISTÉRIO de Energia (Department of Energy – DoE) sul-africano, recentemente, publicou, para avaliação pública, a proposta governamental do marco regulatório para biocombustíveis no país. Acredita-se que, após a aprovação pública da nova política nacional para o setor nos próximos meses, a produção de biocombustíveis ganhe novo impulso. Até o momento, a África do Sul está relativamente atrasada em comparação a seus pares africanos, muito embora tenha sido pioneira no lançamento de uma política nacional, em 2007.

Apesar do potencial de produção de biocombustíveis no continente, até o presente, apenas nove países africanos implementaram políticas específicas para o setor: África do Sul, Mali, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Etiópia, Angola, Moçambique e Suazilândia. O atraso, a ausência ou a falta de harmonização dos marcos regulatórios para o setor impede o desenvolvimento de um mercado de *commodities* de biocombustíveis nos principais agrupamentos econômicos da África. Até 2013, somente a SADC (Southern African Development Community), a ECOWAS (Economic Community of West African States) e a UEMOA (West African Economic and Monetary Union) possuíam políticas específicas para biocombustíveis.

O governo sul-africano decidiu pela adição obrigatória de 2% de etanol (E2) à gasolina e 5% de biodiesel (B5) ao diesel a partir de 1º de outubro de 2015. Os biocombustíveis deverão ser gerados a partir de sorgo, soja, cana-de-açúcar e beterraba açucareira. Muito embora o milho seja a cultura agrícola mais relevante na África do Sul, seu uso para a produção de biocombustíveis foi proibido por sua importância na segurança alimentar, considerando–se que 40% da produção nacional são de milho branco, utilizado diretamente na alimentação humana. Entretanto, em 2010, quando obteve uma safra acima das expectativas, o governo sul-africano chegou a considerar a utilização de milho na produção de biocombustíveis.

Até o presente, foram aprovadas oito solicitações de licenças para produção de 392 milhões de litros de etanol e 970 milhões de litros de biodiesel anualmente (ver tabela). A capacidade instalada da indústria, caso seja de fato implementada conforme planos do setor privado, deverá suplantar a adição de 2% de biocombustíveis no suprimento nacional de combustíveis líquidos. A primeira licença para um projeto de produção de bioetanol foi concedida à empresa Mabele Fuels, em Bothaville, na província de Free State, que utiliza sorgo como matéria-prima. A empresa estima necessitar de 380 mil toneladas de sorgo para produzir 158 milhões de litros de etanol por ano. A produção atual de sorgo na África do Sul é de apenas 150 mil toneladas ao ano e deverá dobrar sua capacidade produtiva para atender a demanda da nova indústria. Caso isso não ocorra, a indústria planeja importar matéria-prima, principalmente porque o sistema produtivo do sorgo não tem experimentado avanços tecnológicos significativos em produtividade como ocorre com o milho.

O atraso considerável do governo sul-africano em definir sua política nacional de biocombustíveis ocasionou a desistência ou a paralisação de vários empreendimentos e projetos da iniciativa privada no setor nos últimos anos. A empresa Ubuhle Renewable Energy foi licenciada pelo DoE para produzir 50 milhões de litros de bioetanol em Jozini, província de KwaZulu-Natal, há alguns anos. Atualmente, a companhia está buscando parceiros experientes para o empreendimento e aguardando a regulamentação final para o setor para determinar a viabilidade financeira do negócio. A companhia pretende adquirir cana-de-açúcar de agricultores negros emergentes, produzida em novas áreas.

A empresa suíça-alemã Phylo Energy obteve licença para produzir 500 milhões de biodiesel a partir de canola em Porto Elizabeth, província de Cabo Oriental, com início da produção no segundo semestre de 2016. A área ultilizada com canola na África do Sul é de apenas 100 mil hectares, insuficiente para atender a demanda da nova indústria, que necessitaria de até cinco vezes mais de área. A canola é uma excelente opção para a prática agrícola de rotação de culturas em sucessão ao milho, sorgo ou trigo. Além disso, poderia substituir parcialmente importações de torta de soja provenientes majoritariamente da Argentina.

Existe um intenso debate sobre a proposta governamental para biocombustíveis entre as partes interessadas da sociedade sul-africana. Alguns consideram a política muito tímida, enquanto outros defendem a prudência do governo. Alguns setores da iniciativa privada consideram que não existem garantias suficientes para os altos investimentos necessários para a implantação das plantas processadoras até outubro de 2015.

Também houve reações contrárias à recomendação de que, na primeira

fase da implementação da nova política, somente sorgo e soja sejam utilizados como matéria-prima, inclusive para determinar preços de mercado e outros elementos do custo de produção. Os produtores sul-africanos de outras culturas agrícolas utilizadas como matéria-prima potencial, como milho e cana-de-açúcar, têm demonstrado publicamente seu descontentamento com a decisão governamental.

Por sua vez, o DoE alega que o futuro produtor de biocombustível poderia, ainda, fazer uma decisão de investimento, desde que a empresa esteja confiante de que sua operação seja economicamente viável ou rentável, dado o preço de referência. Entretanto, aquelas empresas que optarem pelo subsídio terão que atender certos critérios. Além do subsídido ser baseado no volume real de biocombustível adicionado à mistura (que deve ser de até 2%), o produtor precisará obter licença fornecida pelo Departamento de Controle de Produtos Petrolíferos do DoE, considerando os seguintes critérios: cerca de 25% do empreendimento devem obrigatoriamente ser controlados por sul-africanos historicamente destituídos; ter-se um mínimo de 10% da matéria-prima originada de propriedades de agricultores familiares, emergentes ou historicamente destituídos; ter-se o consentimento legal do proprietário das terras; quando possível, cerca de 70% dos trabalhadores devem ser cidadãos sul-africanos; e a proibição de converter terras utilizadas para cultivos agrícolas comerciais em terras para a produção de matéria-prima para biocombustível.

A política sul-africana para biocombustíveis reflete a posição do governo de não colocar em risco a segurança alimentar do país, proibindo o uso de milho e impondo restrições à cana-de-açúcar, assim como a interdição de cultivo em áreas já utilizadas na agricultura comercial, praticada majoritariamente por agricultores brancos. Além disso, almeja garantir a participação mínima de 25% de empresários negros ou de fundos de investimento do Programa Amplo de Empoderamento Econômico de Negros (B-BBEE, na sigla em inglês) no setor e obrigar a inclusão de agricultores negros beneficiários do processo de reforma agrária no fornecimento de matéria-prima para a produção de biocombustíveis. A geração de empregos para a maioria negra também é uma prioridade governamental, em um país que tem enfrentado taxas de desemprego acima de 25% nos últimos anos e crescente conflitos com imigrantes africanos ilegais ou asilados políticos, inclusive com episódios de xenofobia.

Considerando-se o exposto acima, é provável que a África do Sul enfrente alguns percalços na implementação do novo marco regulatório para biocombustíveis, principalmente em relação à produção da matéria-prima. O processo de reforma agrária tem sido duramente criticado por não ter atingido as metas de transferência de terras de agricultores brancos para negros, de até 30% das propriedades em 2014, além de haver vários escândalos envolvendo o fracasso de vários projetos agrícolas e a alocação de terras e de investimento governamental para pessoas ou associações sem experiência no setor.

As associações de classe representativas da agricultura comercial, dominada por produtores brancos de origem africânder, têm reclamado de terem sido praticamente excluídas do setor de biocombustíveis. Caso o governo não dê garantias suficientes aos produtores rurais negros emergentes, que não têm experiência suficiente na produção das culturas agrícolas utilizadas como matéria-prima para biocombustíveis, é provável que o país necessite de importações para garantir o funcionamento da incipiente indústria.

Outra questão relevante é a reduzida possibilidade de expansão da fronteira agrícola na África do Sul, com a incorporação de novas áreas, além das restrições hídricas prevalentes na maior parte de seu território. De todo modo, o país tomou um importante passo para a definição de políticas públicas para os setores energético e agrícola, e isso acertamente afetará a economia e o desenvolvimento da própria África do Sul e de outros países da África Austral. ■

Este artigo reflete a opinião dos autores, e não da instituição que representam.

PROJETOS DO SETOR PRIVADO PARA A PRODUÇÃO FUTURA DE BIOCOMBUSTÍVEIS NA ÁFRICA DO SUL (2014)

Empresa	Localidade (cidade, província)	Matéria-prima	Produção estimada (milhões de litros)
Mabele Fuels	Bothaville, Free State	Sorgo	158,0
Ubuhle Renewable Energy	Jozini, KwaZulu-Natal	Cana-de-açúcar	50,0
Phylo Energy	Porto Elizabeth, Cabo Oriental	Canola	500,0
E10 Petroleum Africa	Germiston, Gauteng	Cana-de-açúcar e outras fontes	4,2
Arengo 316	Cradock, Cabo Oriental	Sorgo e beterraba	180,0
Rainbow Nation Renewable Fuels	Porto Elizabeth, Cabo Oriental	Soja	288,0
Exol Oil Refinery	Krugersdorp, Gauteng	Óleo vegetal	12,0
Balfour 3528	Berlim, Cabo Oriental	Soja	170,0

Fonte: Imprensa sul-africana (2014)

1 Adido agrícola da Embaixada do Brasil na África do Sul
2 Estagiária na Embaixada do Brasil na África do Sul

Etanol

RECUO NA PRODUÇÃO DOS EUA

Plinio M. Nastari*

APESAR DA melhora do ritmo de produção no final do ano, a produção de etanol nos Estados Unidos caiu 1,4% em 2013, comparando-se ao volume do ano anterior, ao totalizar 49,657 bilhões de litros. A menor produção, no ano passado, pode ser explicada por dois momentos distintos do mercado pelos quais passou a indústria norte-americana de etanol.

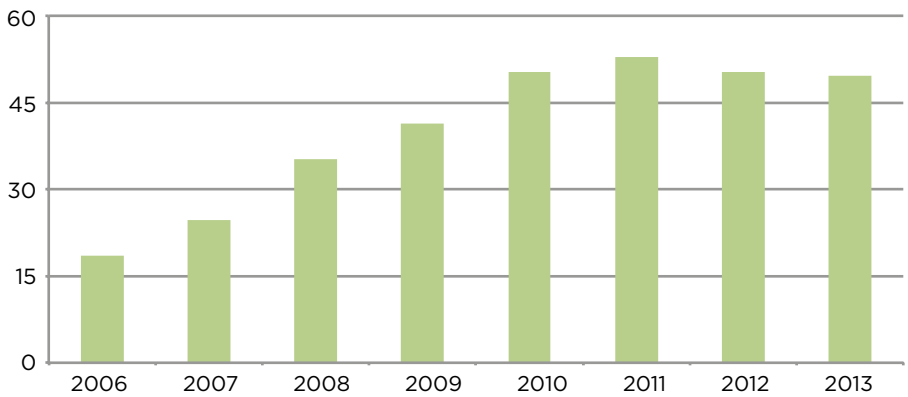
O primeiro momento, entre os meses de janeiro e julho, foi marcado por margens negativas, em decorrência da quebra da safra de milho em 2012/13, o que aumentou sobremaneira os custos de produção. Em meados do mês de março, o milho chegou a ser negociado em média a US$ 7,4/*bushel*. Como resultado, no início de 2013, o ritmo da produção norte-americana de etanol esteve em torno de 125,5 milhões de litros diários em média, 18,5% abaixo da capacidade nominal da indústria. Em meio à preocupação em atender as metas de mistura, os EUA quase duplicaram a importação de etanol no primeiro semestre do ano.

A partir do mês de agosto, contudo, o cenário voltou a ficar mais favorável à produção local, frente às expectativas de recuperação da oferta de milho em 2013/14, de 273,82 milhões de toneladas, na safra anterior, para 353,71 milhões de toneladas. Assim, em relação a julho, o preço do milho recuou 35,6%, para US$ 4,22/*bushel*, ao final de dezembro. As usinas, que fecharam suas portas temporariamente, voltaram a operar no final de 2013.

Além do menor valor da matéria-prima, o aquecimento das exportações e a forte demanda por grãos destilados – o principal subproduto da fabricação de etanol, geralmente utilizado para alimentação animal – proporcionaram melhor rentabilidade nas usinas.

> "OS EUA CONTAM COM 210 UNIDADES PRODUTORAS DE ETANOL, QUE, JUNTAS, TÊM CAPACIDADE PARA PRODUZIR 56,33 BILHÕES DE LITROS AO ANO..."

EUA: PRODUÇÃO DE ETANOL (BILHÕES DE LITROS)



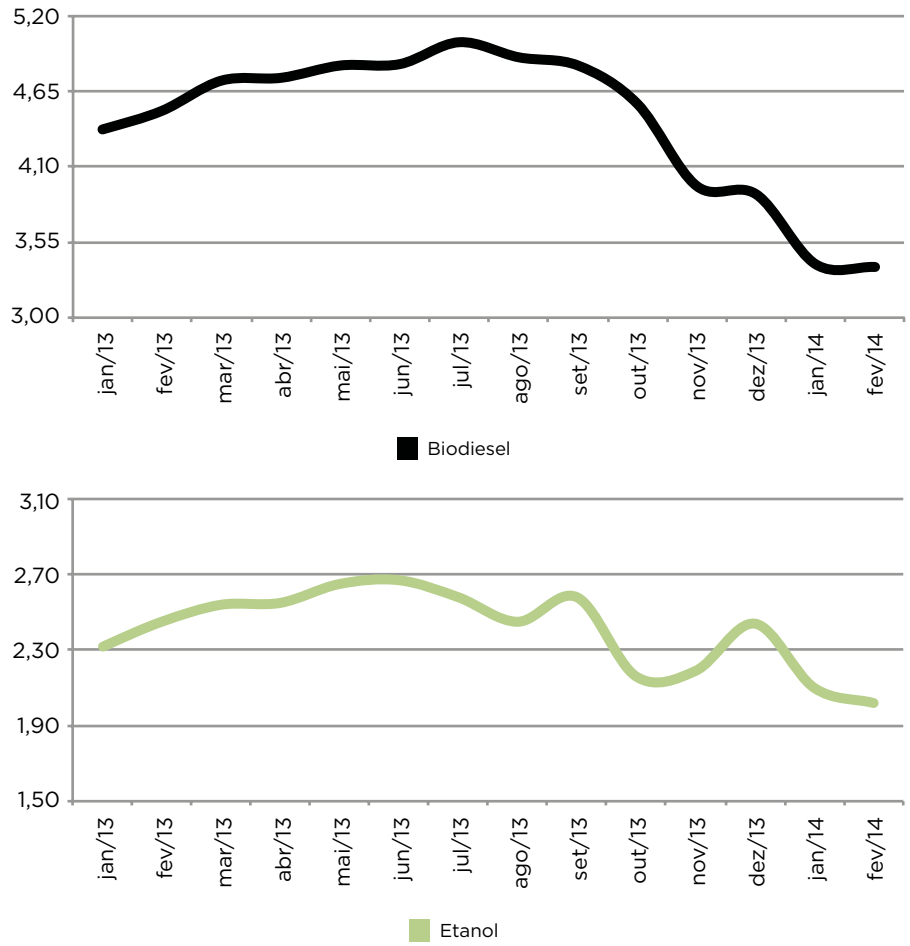
Fonte: USDA

Os EUA voltaram a produzir mais etanol após atingirem os menores níveis de produção em meados de fevereiro. Na primeira semana de dezembro, a produção de etanol nos EUA cresceu 14,6%, na comparação ao mesmo período do ano anterior, para uma média diária de 150,08 milhões de litros. Ainda assim, a retomada do ritmo de produção ainda não foi o suficiente para que o volume registrado em 2013 ultrapassasse o volume produzido em 2012.

Os EUA contam com 210 unidades produtoras de etanol, que, juntas, têm capacidade para produzir 56,33 bilhões de litros ao ano (14,88 bilhões de galões), o que corresponde a uma média diária em torno de 154 milhões de litros. Desse total, 192 fábricas encontram-se em operação, com capacidade para produzir 52,87 bilhões de litros ao ano.

Cumprir o mandato do Padrão de Combustíveis Renováveis (Renewable Fuel Standard – RFS) deixou de ser o único objetivo do setor norte-americano de etanol. Por mais que as metas de mistura sejam reduzidas para 2014, espera-se que

EUA: PREÇOS DE BIOCOMBUSTIVEIS (US$/GALÃO)



Fonte: U.S. DoE

os EUA ampliem suas exportações de etanol, tanto para o Brasil, como para o mercado asiático, onde se destacam os mercados da Índia, Filipinas e Coreia do Sul.

Porém, embora as margens de produção permaneçam atrativas para a expansão da oferta, a infraestrutura logística, desenhada quase exclusivamente para abastecer o mercado doméstico, ainda será um dos principais entraves para o escoamento do biocombustível do meio-oeste para o mercado externo. Produtores dos EUA terão de investir em usinas próximas a rios e portos para poder competir em melhores condições com o Brasil no curto e médio prazos.

Enquanto isso, o período de consulta pública sobre a proposta da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) para revisar os volumes de biocombustíveis que deverão ser utilizados no mercado norte-americano em 2014 encerrou-se no último dia 28 de janeiro. Porém, antes mesmo que a agência anuncie sua decisão final, esperada para meados de junho, o mercado tem dado sinais que parecem antecipar qual poderá ser o desfecho do programa para este ano.

O mercado de RINs (Renewable Identification Numbers), que representa o registro dos volumes de biocombustíveis elegíveis para cumprimento do RFS, apresentou forte volatilidade em 2013. Os preços do D5 (categoria de biocombustíveis avançados, em que está classificado o etanol de cana) e D6 (categoria de biocombustível convencional, em que está classificado o etanol de milho) dispararam durante o primeiro semestre do ano, chegando a US$ 1,40/galão em meados de julho, já que as metas do RFS para 2013 estiveram acima da capacidade do mercado doméstico em absorver os mandatos (*blend wall*, ou limite de mistura), acompanhando, portanto, a cotação do RIN D4 (biodiesel).

Desde então, conforme o governo iniciou audições dos agentes, sobretudo do setor petrolífero, com o objetivo de revisar as metas do programa, os preços caíram quase 80%, em meio às expectativas de que o mandato seria reduzido. Tais expectativas foram realmente confirmadas no dia 15 de novembro, quando a EPA divulgou a proposta para 2014, reduzindo-se dos iniciais 18,15 bilhões de galões para 15,21 bilhões (de 68,71 bilhões de litros para 57,58 bilhões).

Apesar de a última proposta da EPA ainda estar em evidência, os preços dos RINs voltaram a subir, particularmente em fevereiro. O valor do RIN D5 avançou de US$ 0,33/galão, no início do ano, para US$ 0,44/galão, em 31 de janeiro, e, depois, para US$ 0,61/galão, no dia 24 de fevereiro – uma forte valorização, de 83,3%. O aumento do preço do RIN acontece em momentos de menor capacidade física do mercado de absorver as misturas, gerando maior demanda pelos créditos.

O mercado tem precificado antecipadamente a probabilidade de a EPA reverter a proposta anunciada em novembro passado, no que concerne tanto aos volumes dos biocombustíveis tidos como avançados, quanto aos volumes do biocombustível derivado do milho. O mercado de RINs esteve mais aquecido, especialmente após a presidente do EPA, Gina McCarthy, ter declarado, no dia 3 de fevereiro, que o programa final estará em consonância aos comentários públicos recebidos até janeiro. ■

* Mestre e doutor em Economia Agrícola e presidente da DATAGRO; foi professor de Economia da EAESP-FGV



ISTOCKPHOTO

Cooperativismo: novas oportunidades para a agricultura familiar

Para o cooperativismo brasileiro, comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar – 2014 é, por duas vezes, motivo de orgulho. Em primeiro lugar, pela vocação natural do Brasil para a prática agrícola; e, em segundo lugar, pela posição conquistada pelo agricultor brasileiro por sua capacidade empreendedora e por uma produção de qualidade cada vez mais sustentável. E são essas mesmas características que estão tão marcantes nos produtores rurais associados a cooperativas agropecuárias do País que chegam a 1 milhão de pessoas. Grande parte deles, aliás, tem um perfil familiar, com propriedades de até 50 hectares.

Há, realmente, uma forte ligação da agricultura familiar brasileira com o movimento cooperativista. Um cruzamento de dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 2012, indicou que, do total de famílias de agricultores familiares organizados em cooperativas, 76% estão registradas no Sistema OCB. Em muitas regiões do País, inclusive, o cooperativismo é o único caminho para a agregação de valor à produção rural, bem como para inserção de pequenos e médios produtores em mercados competitivos e altamente concentrados.

O cooperativismo traz novas oportunidades para os agricultores – sejam eles pequenos, médios ou grandes. Organizados em cooperativas, eles encontram apoio tanto dentro da porteira, quanto fora. São acompanhados de perto, desde o preparo da terra à comercialização dos seus produtos, por exemplo. E, a todo o instante, contam com assistência técnica e um atendimento diferenciado. Afinal, nas cooperativas, eles são os donos do negócio.

Os benefícios gerados pela prática cooperativada não ficam restritos ao quadro de associados; eles se estendem, naturalmente, aos familiares, aos empregados das cooperativas. E mais: os efeitos multiplicadores de geração de renda e desenvolvimento são claramente percebidos por toda a comunidade e região de atuação das sociedades cooperativas. Esses e outros pontos que ratificam a estreita relação entre o cooperativismo e a agricultura familiar estão expostos neste caderno especial assinado pelo Sistema OCB.

Cooperativas: mais espaço no mercado e melhor renda ao agricultor familiar

A agricultura familiar é um segmento estratégico para o desenvolvimento do País. E os números compravam isso. Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 84,4% do total dos 5,17 milhões de estabelecimentos rurais são de pequenos produtores. Além disso, eles respondem pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros e 38% da renda agropecuária do País. No que diz respeito à mão de obra no campo, sua participação é de 75%. Trata-se de um setor que tem crescido consideravelmente, o que se reflete, por exemplo, no crescimento do Valor Bruto da Produção – R$ 54 bilhões.

Mesmo com tais resultados, somados aos avanços tecnológicos e às políticas agrícolas com foco no setor, as atividades da agricultura familiar ainda estão fortemente sujeitas a riscos e à necessidade de condições especiais para acesso ao crédito rural e assistência técnica especializada. De fato, a atividade agrícola enfrenta um nível de incerteza mais significativo do que outros setores econômicos. Alguns autores, inclusive, referem-se à agricultura como "indústria a céu aberto", por existir maior risco nos volumes produzidos e, consequentemente, nos preços decorrentes da interação entre oferta e demanda.

Pensando em mitigar essas incertezas e atender as suas reais necessidades, grande parte dos agricultores familiares tem se organizado em cooperativas. A ideia é contar com novas oportunidades de inserção no mercado, economias de escala e ganhos de eficiência, benefícios naturais das organizações cooperativas. Para se ter ideia, em muitas localidades, elas são o único caminho para a agregação de valor à produção rural, bem como para a inserção de pequenos e médios produtores em mercados concentrados.

E as vantagens de fazer parte de uma cooperativa vão além. Por seu maior poder de negociação na aquisição de insumos e fornecimento aos cooperados, as sociedades cooperativas conseguem reduzir consideravelmente os custos de uma transação comercial. Além disso, elas ampliam a possibilidade de incorporação de atividades agroindustriais voltadas à produção e comercialização de insumos, a exemplo das misturadoras de fertilizantes, fábrica de rações e produção de sementes. O grande número de rede de lojas agropecuárias em todo País é outro ponto de destaque.

Fortalecimento pela união

O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, reforça que as cooperativas funcionam como verdadeiros centros de segurança para seus cooperados. "Entre 2008 e 2009, por exemplo, elas foram determinantes para que os produtores associados conseguissem rodar a sua safra, garantindo a oferta de crédito, além da assistência técnica e de tantos outros serviços", lembra Freitas.

A redução de riscos está, com certeza, entre os principais benefícios da prática cooperativista. São inúmeros os ganhos de eficiência pela capacidade coordenadora das sociedades cooperativas, como a própria economia de escala. "As cooperativas são legítimas balizadoras de preços em mercados concorrenciais, com precificação razoável e justa. Afinal, sua grande finalidade é atender os anseios dos produtores cooperados, que são os donos do negócio. Isso evidencia os diferenciais competitivos da prática cooperativista, de fortalecimento pela união", frisa o dirigente.

Como associado, o produtor tem acesso, ainda, a outros tipos de serviços, como recepção, classificação, padronização, armazenamento, beneficiamento, industrialização e comercialização da produção. Sobre esse ponto, vale mencionar a atual capacidade estática de armazenagem do Brasil, que chega aos 143 milhões de toneladas. Deste total, cerca de 20% estão concentrados nas cooperativas agropecuárias, ou seja, 30 milhões de toneladas.

Essa participação, que já é representativa, deve crescer ainda mais nos próximos anos, em função do lançamento do Plano Nacional de Armazenagem – em julho de 2013 – pelo governo federal. A ideia é apoiar investimentos para a ampliação e construção de novos armazéns, aumentando assim a capacidade estática em todo País. Ao todo, nos próximos cinco anos, serão disponibilizados R$ 25 bilhões ao programa, com encargos financeiros de 3,5% ao ano, limite de crédito de até 100% do projeto e prazo de reembolso podendo chegar a quinze anos, com até três de carência.

A expressividade do cooperativismo

Baseado na união de pessoas, o cooperativismo é um modelo socioeconômico com referenciais de participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. Seu foco é viabilizar a atividade econômica dos associados, sem o objetivo de lucro da pessoa jurídica. A prática cooperativista alia o economicamente viável ao ecologicamente correto e ao socialmente justo. E o seu objetivo final é promover, simultaneamente, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social não só dos seus associados, mas de toda a comunidade onde as cooperativas estão presentes.

Por todos esses diferenciais, o cooperativismo brasileiro conquista, diariamente, novos adeptos. Essa movimentação reflete-se em números. Segundo dados do Sistema OCB, nos últimos dez anos, a média de crescimento do total de associados foi de 73%. Atualmente, são 11 milhões – ligados a 6.603 cooperativas. E estas organizações também geram 321 mil empregos diretos.

BRASIL: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DAS PROPRIEDADES RURAIS EM 2006

Área	Não cooperativas		Cooperativas		Total	
	Mil unidades	%	Mil unidades	%	Mil unidades	%
Menores de 10 ha	2.347	50,7	130	23,8	2.477	7,9
De 10 ha a 50 ha	1.315	28,4	266	48,5	1.581	0,5
De 50 ha a 100 ha	330	7,1	61	11,1	391	0,6
De 100 ha a 500 ha	302	6,5	68	12,3	370	7,2
Maiores de 500 ha	82	1,8	20	3,6	102	2,0
Demais produtores	251	5,4	4	0,8	255	4,9
Total	**4.627**	**100,0**	**549**	**100,0**	**5.176**	**100,0**

Fonte: IBGE (2006)

Somente no ramo agropecuário, são 1.561 cooperativas, com 1 milhão de associados e 164 mil empregados. Sua participação na produção nacional de alimentos – de aproximadamente 50% – chama a atenção. Hoje, o setor cooperativista também exporta seus produtos. Só em 2013, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foram US$ 6 bilhões em vendas a outros países.

As cooperativas formadas por agricultores familiares têm um papel importante nesse contexto, principalmente no abastecimento ao mercado interno. O cruzamento das bases de dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 2012, sinalizou que, do total de famílias de agricultores familiares organizados em cooperativas, 76% estão registradas no Sistema OCB. Constatou-se, ainda, que cerca de 70% das propriedades agrícolas vinculadas às cooperativas do Sistema pertencem a produtores da agricultura familiar e têm até 50 hectares.

Os dados confirmam que o cooperativismo é um segmento de extrema importância para a agricultura e a sociedade brasileira, mas, para garantir a continuidade do seu desenvolvimento, é fundamental contar com políticas agrícolas inclusivas, que contemplem as particularidades do setor. Ao mesmo tempo, também é necessário o suporte à produção, ao custeio, aos programas de investimento e a outras medidas do governo federal voltadas ao setor.



ISTOCKPHOTO

Desafios/oportunidades

Políticas públicas

As alterações no ambiente político e econômico brasileiro a partir da década de 80 pressionaram as cooperativas agropecuárias a se ajustarem, no intuito de ampliar ou, pelo menos, manter sua representatividade no mercado. Nesse cenário, muitas se endividaram, entraram em insolvência ou perderam espaço. Outras, porém, modernizaram sua administração e se sobressaíram competitivamente, preservando a sua identidade cooperativa.

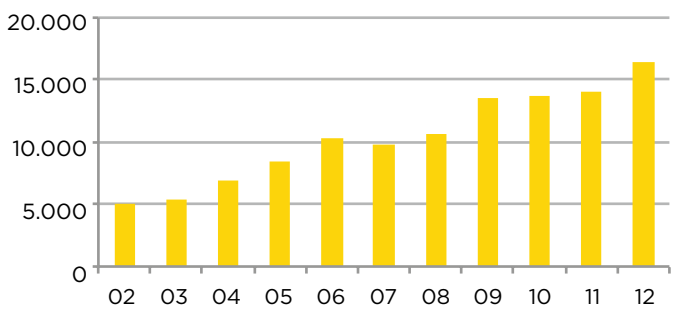
Mais recentemente, a partir do ano 2000, outro fator foi decisivo ao fortalecimento do setor: a criação de programas federais para atender as demandas por recursos e as especificidades do sistema cooperativista no exercício e desenvolvimento de suas atividades estatutárias e consolidação de sua estrutura patrimonial. A intenção era atender as necessidades de custeio/capital de giro, investimento ou comercialização, como atividades próprias, além do suprimento de recursos para atendimento dos cooperados, integralização de cotas-partes, antecipação de valores da taxa de retenção e repasse ao quadro social.

Os empreendimentos cooperativos, como já citado, têm por finalidade suprir as demandas dos seus associados, desde o fornecimento de insumos até o acesso a mercados diversos, como o de produtos primários de origem vegetal, e à agregação de valor pela industrialização. Consequentemente, por sua importância e por serem legítimas beneficiárias do crédito rural, as cooperativas formadas por agricultores familiares, que comprovem no mínimo 60% de seus participantes ativos, são beneficiárias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Nesse universo, destacam-se três programas: Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria), Crédito de Custeio para Agroindústria Familiar (Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar) e Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados (Pronaf Cotas-Partes).

No gráfico abaixo, é possível constatar um crescimento mais do que proporcional na aplicação dos recursos do Pronaf nos últimos dez anos, que incluem custeio e investimentos agrícolas e pecuários, com variação positiva na ordem de 224%. Destaque para a aplicação de 2012 – que chegou próximo a R$ 16,3 bilhões. Quando isolados os recursos aplicados na rubrica "investimentos agrícolas", a variação atinge a ordem de 721%, ou seja, são registrados aumentos de aproximadamente oito vezes mais. Pode-se inferir, portanto, que as contratações oriundas de cooperativas também registram acréscimos consideráveis; no entanto, não podem ser segregadas, em função da tabulação de dados do Banco Central do Brasil (BCB).

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF, DE 2002 A 2012 – VALORES DEFLACIONADOS (BASE: DEZEMBRO DE 2012)



Elaboração: GETEC/OCB
Fonte: BNDES

Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria)

Os financiamentos disponibilizados pelo Pronaf Agroindústria têm como finalidade prover recursos para atividades que agreguem renda à produção e aos serviços desenvolvidos pelos beneficiários do programa. São investimentos para infraestrutura, por exemplo, que visem ao beneficiamento, à armazenagem, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, do extrativismo, de produtos artesanais e da exploração de turismo rural.

Os limites por cooperativas atingem a cifra de R$ 35 milhões, observado o limite individual de R$ 45 mil por associado pessoa física que possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Os encargos financeiros são bastante atrativos e se situam entre 1% e 2% ao ano, dependendo dos valores a serem contratados. Há de se destacar os prazos de reembolso de dez anos, com três de carência.

Crédito de Custeio para Agroindústria Familiar (Pronaf Custeio de Agroindústria Familiar)

Neste caso, o objetivo é o financiamento operacional direto a cooperativas para cobrir os custos incidentes durante o beneficiamento primário e a industrialização. Estão nesse leque operações para aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes e outros insumos.

Os recursos também são voltados à formação de estoques de matéria-prima, de produto final e de serviços de apoio à comercialização. São contemplados, ainda, financiamentos para armazenagem, conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado e aquisição de insumos pela cooperativa para fornecimento aos produtores rurais familiares associados.

As condições de taxas de juros são atrativas, chegando, atualmente, a 4% ao ano, com prazo de reembolso de doze


ISTOCKPHOTO

anos. O limite para contratação por empreendimento é de até R$ 10 milhões por cooperativa singular e R$ 30 milhões para centrais.

Crédito para Integralização de Cotas-Partes por Beneficiários do Pronaf Cooperativados (Pronaf Cotas-Partes)

Já, neste caso, o foco está no financiamento da integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados às cooperativas agropecuárias. Cabe, ainda, a aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

As condições são, nesse caso, também muito favoráveis, com taxa de juros de 4% ao ano e prazo de reembolso de seis anos. O limite de tomada de crédito é de R$ 20 milhões, respeitado o limite individual por associado.

Por outro lado, para as cooperativas que não acessam os recursos do Pronaf por não apresentarem os limites definidos de 60% de seu quadro vinculados a agricultores familiares, surgem dois outros importantes programas. São eles: o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) e o Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO).

Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP)

Ao contrário dos programas citados anteriormente, que estavam sob a coordenação do MDA, o PRODECOOP é uma política pública do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ao amparo de recursos equalizados pelo Tesouro Nacional (TN) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ações contempladas no PRODECOOP

I. Industrialização de produtos agropecuários e de seus derivados;

II. Instalação, ampliação, realocação e modernização de unidades industriais, de armazenamento, de processamento e de beneficiamento, inclusive a logística relacionada a estas atividades;

III. Implantação de sistemas para geração e cogeração de energia e linhas de ligação para consumo próprio como parte integrante de um projeto de agroindústria;

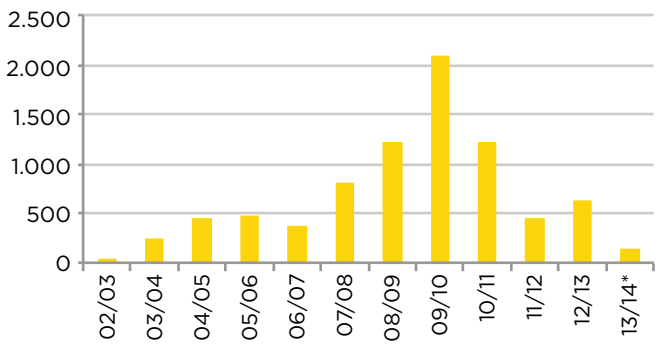
IV. Implantação, conservação e expansão de sistemas de tratamento de efluentes e de projetos de adequação ambiental, inclusive reflorestamento;

V. Implantação de fábrica de rações e de fertilizantes, bem como a sua expansão, modernização e adequação;

VI. Instalação, ampliação e modernização de Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS), incluindo a instalação, ampliação e modernização de laboratórios e unidades armazenadoras; e

VII. Implantação, ampliação e modernização de projetos de adequação sanitária; aquisição de ativos operacionais de empreendimentos já existentes relacionados às ações enquadradas e outros.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRODECOOP DESDE SEU LANÇAMENTO, EM 2002 – VALORES DEFLACIONADOS (BASE: DEZEMBRO DE 2013)



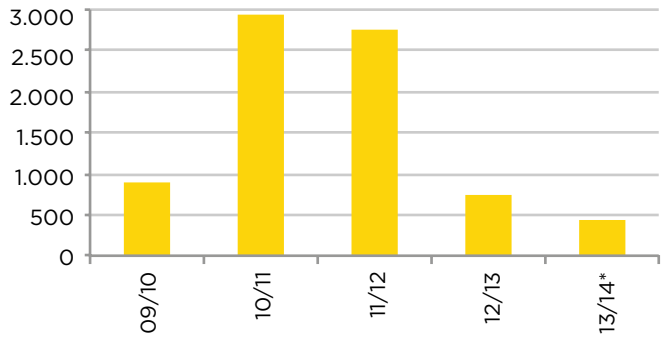
*Base: até dezembro de 2013
Elaboração: GETEC/OCB
Fonte: BNDES

Lançado em 2002, o PRODECOOP já proporcionou investimentos superiores a R$ 8,15 bilhões – valores deflacionados com base em dezembro de 2013. Seu principal objetivo é incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras com a modernização dos sistemas produtivos e de comercialização.

Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (PROCAP-AGRO)

O PROCAP-AGRO é outro programa coordenado pelo MAPA ao amparo de recursos equalizados pelo Tesouro Nacional ao BNDES. Lançado em junho de 2009, a partir da Resolução CMN nº 3.739, o programa é voltado ao financiamento de integralização de cotas-partes do capital social, bem como do capital de giro. Seu objetivo é promover a recuperação ou reestruturação patrimonial das cooperativas agropecuárias. Desde o seu lançamento, já foram aplicados R$ 7,8 bilhões – valores deflacionados com base em dezembro de 2013.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCAP-AGRO DESDE SEU LANÇAMENTO, EM 2009 – VALORES DEFLACIONADOS (BASE: DEZEMBRO DE 2013)



*Base: até dezembro de 2013
Elaboração: GETEC/OCB
Fonte: BNDES

De fato, o ciclo operacional das cooperativas exige constante aporte de recursos de rápida renovação e que represente alta liquidez das operações disponíveis. Na verdade, trata-se de uma importante ferramenta para tomada de decisões, que valida desde operações de aquisição de matéria-prima até a venda de seus produtos. Atualmente, as cooperativas têm atuado no limite de suas necessidades de capital, em muitas ocasiões com passivos onerosos e de curtíssimo prazo. Nesse sentido, o programa foi, com certeza, uma importante ferramenta.

Programas institucionais

As cooperativas agropecuárias também se beneficiam, atualmente, de importantes programas institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais programas são importantes meios de comercialização e, consequentemente, de vazão dos produtos da agricultura familiar. Associados ao Programa Biodiesel, eles formam a base de sustentação das ações voltadas à comercialização de produtos de agricultores familiares.

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA tem por finalidade promover o acesso à alimentação, bem como o incentivo à compra de produtos oriundos dos agricultores familiares. As aquisições são feitas de maneira diferenciada, sem que haja a necessidade de licitação, dando maior agilidade às operações.



ISTOCKPHOTO

Esse processo ocorre por meio de cinco linhas: Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação), Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite) e Compra Institucional.

Para cada uma delas, existe um limite de crédito por beneficiário (agricultor familiar). Isso ocorre porque o valor total recebido pela cooperativa na operação é definido multiplicando-se a quantidade de agricultores familiares pelo limite individual.

Operacionalização – as linhas CDAF, CPR-Doação e CPR-Estoque, especificamente, são operacionalizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Em 2012, segundo dados da própria Conab, foram comercializadas mais de 297 mil toneladas de produtos da agricultura familiar, considerando somente estas três linhas. Deste montante, 33,5% foram provenientes da região Sul; 28,3% do Sudeste; 24,3% do Nordeste; 7,5% do Centro-Oeste; e 6,4% do Norte.

Nesse contexto, vale ressaltar que a CPR-Doação obteve o maior valor aplicado, que atingiu, em 2012, R$ 395 milhões, um aumento de 175% em relação ao registrado em 2007. Esta modalidade representou 67% do total aplicado para as três linhas (R$ 586 milhões).

Compra Institucional – é uma forma ainda mais ágil de compra de produtos. Neste caso, as instituições públicas podem fazer a aquisição diretamente da agricultura familiar, com dispensa de licitação.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE é um programa instituído desde 1955 que visa a melhoria do rendimento dos estudantes, bem como a formação de hábitos saudáveis por meio do fornecimento de dietas mais equilibradas.

Para a agricultura familiar, a mudança mais significativa ocorreu em 2009, por meio da Lei nº 11.947, garantindo que ao menos 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios produzidos pelo agricultor familiar e pelo empreendedor familiar rural. No início, essa iniciativa atendia toda a rede pública de educação básica. Em 2013, passou a contemplar também os alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da Educação de Jovens e Adultos Semipresencial e aqueles matriculados em escolas de tempo

DESCRIÇÃO DAS MODALIDADES DO PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação)	Individual	R$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)	Organizações (cooperativas/associações)	R$ 8,0 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R$ 8,0 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite)	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R$ 4,0 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R$ 8,0 mil	–	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Fonte: MDA

integral, aumentando assim o público atendido e, consequentemente, a demanda por produtos.

De acordo com os dados do FNDE, o aporte financeiro no PNAE tem aumentado substancialmente. Em 2013, foram investidos R$ 3,5 bilhões para o atendimento de 43 milhões de alunos. Este valor foi 289% maior do que os R$ 901,7 milhões de 2000, quando foram atendidos 37,1 milhões de alunos.

Considerando esses números e o que determina a Lei nº 11.947/2009 no que diz respeito ao percentual destinado à compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, constata-se o valor potencial de R$ 1,05 bilhão para a compra destes produtos, montante que deve manter-se em 2014, visto que a projeção é de manutenção do aporte financeiro.

Nas escolas – o controle social do programa é exercido pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Sua constituição é condição para o recebimento dos recursos financeiros repassados pelo FNDE.

Cooperativas – para participarem, as cooperativas devem, primeiramente, estabelecer contato com nutricionistas das Secretarias de Educação dos estados e dos municípios, visando a utilização de seus produtos na merenda escolar. Isso deve ocorrer porque, de acordo com a cartilha do PNAE, da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA, o primeiro passo é justamente o mapeamento das ofertas de produtos na região. E uma das premissas é valorizar tanto os costumes, como as produções locais.

Na sequência, com tais dados, das ofertas e demandas, os nutricionistas definem os cardápios, para, posteriormente, construírem as chamadas públicas para a compra dos alimentos. E, caso não haja oferta do produto na agricultura familiar, a compra pode ser feita de outros fornecedores.

Projeto Nutre

Nessa mesma linha, a Secretaria deu início a outra iniciativa para fomentar a aplicação dos 30%, como estipulado pela Lei nº 11.947/2009: o Projeto Nutre. Esta ação, especificamente, é desenvolvida por meio de convênios e contratos de assistência técnica e extensão rural (Ater). A ideia é dar um suporte às várias formas das organizações econômicas da agricultura familiar, visando adequar e oferecer seus produtos nos grandes centros, onde o número de estudantes é alto, assim como os recursos aportados. Além disso, há, nestes mesmos lugares, menor tendência de oferta por parte dos agricultores familiares.

Distribuição – atualmente, o Projeto Nutre está presente em treze estados; entre estes, estão São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará e estados do Nordeste.

Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) foi criado em 2004, com o objetivo de implementar de forma sustentável a produção e o uso do biodiesel, visando promover o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e renda. O PNPB é conduzido pela Comissão Executiva Interministerial (CEIB), da qual o MDA faz parte. Assim, o ministério procura estimular a produção do novo combustível, apoiando a participação da agricultura familiar na sua cadeia de produção.

E o apoio às ações do Programa Biodiesel ocorre por meio de diversos instrumentos, como o Selo Combustível Social, aliado às ações de assistência técnica e extensão rural, fomento e crédito, contribuindo para fortalecer a agricultura familiar. O selo, especificamente criado por meio do Decreto nº 5.297/2004, é concedido pelo MDA ao produtor de biodiesel, permitindo-lhe ter acesso às alíquotas de PIS/PASEP e COFINS com coeficientes de redução diferenciados para o produto.

Entretanto, para ter direito a tais benefícios, os produtores de biodiesel têm que cumprir algumas obrigações, como adquirir um mínimo de matéria-prima da agricultura familiar no ano da produção – o que está definido no art. 3º da Portaria nº 60 de setembro de 2012, variando de acordo com a região de produção e processamento. É necessário, também, celebrar previamente esses contratos de compra e venda diretamente com os agricultores ou com suas cooperativas. Além disso, é preciso contar com a anuência de entidade representativa da agricultura familiar do município ou do estado em questão, assegurando, finalmente, a capacitação e assistência técnica a estes agricultores familiares contratados.

Mais Gestão

Com o desenvolvimento de ações mais voltadas à comercialização pelo MDA, citadas anteriormente, o ministério observou outro ponto importante para o crescimento e o sucesso das cooperativas: a necessidade de investir na melhoria da gestão das mesmas. Foi, então, que surgiu o Programa Mais Gestão.

Complementando essa iniciativa e compreendendo a perfeita interação dos públicos, o MDA firmou parceria com o Sistema OCB para fomentar esse processo de profissionalização. Isso se deu porque o Sistema já promove diversas ações nesse sentido. Vale lembrar que, como dito anteriormente, 68% das famílias com DAP física estão ligadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) – considerando todos os tipos de empreendimentos, como cooperativas, associações e colônia de pescadores.

Hoje, o programa atende mais de 470 cooperativas, em dezenove Unidades da Federação. Para a maioria destas, já foram realizadas as etapas de pré-diagnóstico e diagnóstico, quando foi constatado que, para muitas, há a necessidade de capacitações focadas em conhecimentos sobre cooperativismo e formação de dirigentes. Com essas informações, vêm os próximos passos: elaborar os planos de aprimoramento e implantá-los.

Além da gestão, a iniciativa tem como foco melhorar a receita das cooperativas, colocando-as, cada vez mais, no mercado institucional, com os programas citados anteriormente – PAA e PNAE.

Assistência técnica

Para chegar a esse grau de profissionalismo, as cooperativas oferecem aos seus associados um suporte muito importante. Historicamente, elas têm assumido um papel de destaque na transferência e difusão de tecnologias adequadas às necessidades do homem do campo.

Com aproximadamente 8 mil técnicos, dentre engenheiros agrônomos, veterinários, zootecnistas, engenheiros florestais e técnicos agrícolas, as cooperativas prestam serviços de atendimento aos associados com foco no mercado e na difusão e transferência de tecnologias e sustentabilidade. Para isso, elas contam com modelos de departamentos estruturados, técnicos próprios, contratados (supervisionados por cada uma delas) ou, ainda, terceirizados.

Tais modelos bem-sucedidos permitiram às cooperativas realizar diversas parcerias, convênios ou contratos com instituições renomadas, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), institutos agronômicos e universidades federais, estaduais ou particulares.

Também com foco em pesquisa, desenvolvimento e inovação, as cooperativas agropecuárias conquistaram reconhecimento por participar de diversas feiras agrícolas que abrangem boa parte do território nacional, gerando significativos efeitos multiplicadores na renda e no desenvolvimento regional onde estão instaladas. ■

Exemplos das principais feiras de transferência de tecnologias promovidas por cooperativas agropecuárias em 2013

DIVULGAÇÃO

Cotrijal Cooperativa Agropecuária e Industrial
Nome: **Expodireto Cotrijal**
Local: **Não-Me-Toque-RS**
Movimentação: **R$ 2,52 bilhões**
Público: **223 mil visitantes**



Coopavel Cooperativa Agroindustrial
Nome: **Show Rural Coopavel**
Local: **Cascavel-PR**
Movimentação: **R$ 1,1 bilhão**
Público: **203 mil visitantes**



COMIGO Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
Nome: **TECNOSHOW COMIGO**
Local: **Rio Verde-GO**
Movimentação: **R$ 900 milhões**
Público: **82 mil visitantes**



Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (COOPA-DF)
Nome: **AGROBRASÍLIA**
Local: **Brasília-DF**
Movimentação: **R$ 500 milhões**
Público: **77 mil visitantes**





DEMAREST

Seminário

Cenário Político e Econômico

Perspectivas para o Agronegócio

O presente caderno traz um breve comentário sobre as palestras do evento realizado pela Demarest, com o patrocínio da Agrosec, Cetip e Gaia Agro e apoio da Archer Consulting e Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Ambiente de negócio no Brasil e a visão do investidor

Para Altamiro Boscoli, da Demarest Advogados, há pelo menos dois pontos a salientar. O primeiro é essa plateia interessada nos problemas do *agribusiness*. O segundo é a qualidade dos palestrantes. Com tudo isso, só nos resta aprender. Sua família era ligada à produção de algodão no município de Presidente Prudente, no estado de São Paulo. Ele lembrou que, desde aquela época, já corriam soltos comentários sobre as potencialidades do território nacional vir, um dia, a ser celeiro do mundo. Muita gente acreditava nessa perspectiva.

Ele lembrou que, antigamente, falava-se muito que o País é tão próspero que cresce à noite, enquanto os políticos dormem. Com sua produção gigantesca e uma exportação em constante crescimento, o *agribusiness* é a grande locomotiva da produção nacional. É um setor reconhecido no plano internacional. Temos problemas com as instabilidades das regras internas e a deficiência na logística e infraestrutura, mas, mesmo assim, caminhamos para frente. Esse é um lado positivo que devemos, sem dúvida, levar em consideração.

Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), disse que o Brasil vive um momento delicado do ponto de vista econômico, com a retomada da subida na taxa de juros e a persistência da inflação acima da meta. A balança comercial pode ficar negativa neste ano, mesmo com o desempenho bem favorável dos embarques de produtos do agronegócio. Ainda assim, o País segue em crescimento, apesar de ser em baixo ritmo. Desde o início da década passada, o aumento da renda *per capita* na Ásia, principalmente na China, gera demanda para enviarmos a nossa produção agrícola.

"Com terra, água e clima, o Brasil consegue desenvolver uma brilhante agricultura tropical", cita Luiz Carlos. O agronegócio, com 24% de participação no Produto Interno Bruto, é tudo aquilo que



DEMAREST

o nosso País deveria ser. Estamos com uma baixa taxa de investimento. Perdemos competitividade em função de uma logística que aumenta tremendamente o frete no escoamento da produção. O essencial é que mantenhamos a nossa confiança e que o Governo venha a nos atender com eficácia nas políticas públicas. Esse, talvez, seja o grande ensejo dos *players* integrantes do nosso setor.

Carlos Ratto, diretor comercial e de produtos da Cetip, destacou o Plano Safra 2013/14 anunciado pelo Governo, que disponibilizou recursos para o crédito rural no montante de R$ 136 bilhões. Apesar do montante expressivo, o custo de produção das lavouras previsto para o período estava estimado em R$ 230 bilhões. A diferença a ser coberta é de praticamente 40%. Além disso, os recursos obrigatórios do crédito rural são oriundos dos depósitos à vista, subproduto bancário de difícil controle e previsão. A pergunta pertinente, então, é: de onde virá uma fonte adicional?

"O mercado de capitais aparece como uma alternativa plausível de financiamento para suprir recursos de uma agricultura em constante crescimento como a brasileira", frisou Ratto. O principal título existente, a Letra de Crédito do Agronegócio, não chega a um terço do mercado de R$ 400 milhões. A tendência dos negócios é evoluirmos os títulos emitidos fisicamente com fiança para a forma eletrônica, para a qual dispomos de tecnologia devidamente estruturada, de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central (BACEN).

1º Painel: Mercados Agrícolas, Entraves e Perspectivas para a Safra

Arnaldo Corrêa, gestor de Risco para o Mercado Agrícola de Commodities e diretor da Archer Consulting, apresentou números interessantes sobre o setor sucroalcooleiro. Desde o *boom* do etanol, com o lançamento do carro *flex*, em 2003, a produção de cana-de-açúcar cresceu em ritmo acelerado de 6,0% ao ano, mas, depois deste período, caiu para 1,6% ao ano. Já o consumo médio de combustível passou de 28 milhões litros para 52 milhões, enquanto a participação do etanol neste volume diminuiu de 54% para 38%.

Entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013, o retorno médio do etanol hidratado, que compete com a gasolina na bomba, sobre o custo de produção (sem custo financeiro) foi de apenas 4,7%, bem inferior ao retorno de 15,8% verificado no etanol anidro (misturado à gasolina) e no açúcar, uma *commodity*, com 24,8%. Com o petróleo valendo US$ 101 o barril, o valor da gasolina na bomba deveria ser, hoje, de R$ 3,379 o litro, quase acima do praticado correntemente.

Para Arnaldo, aparentemente, estamos sem saída para a falta de política energética e a ausência de planejamento de longo prazo (estoques reguladores, tanques, armazenagem, logística portuária). O subsídio da gasolina estrangula o caixa da Petrobras e mata o setor sucroalcooleiro. Sem transparência na formação de preços, não há meio para transformar o etanol em *commodity*. Corremos o risco de desconstruir o setor, com graves consequências para o País.

Renato Buranello, da Demarest Advogados, mostrou que, apesar do significativo volume de investimento estrangeiro, o Brasil apresenta uma classificação insatisfatória em relação ao ambiente de negócios: 116ª posição, de 189 países dos melhores locais de negócios (Banco Mundial e IFC); 80ª posição, de 145 países dos melhores locais

de negócios (Forbes); 56ª posição, de 148 países no referente à competitividade mundial (World Economic Forum); e 114ª posição, de 178 países nas economias mais liberais (The Heritage Foundation).

Para ele, a atratividade de investimento depende de algumas variáveis. O Brasil ainda é extremamente burocrático no quesito de abertura de empresa, liberação de alvará e licenças, registro de imóveis e obtenção de financiamento. Somos considerados o mais protecionista do grupo G20. Na aquisição de terras para estrangeiros, o Conselho Nacional de Justiça entendeu, recentemente, a possibilidade de outorgar imóveis em garantia a pessoas jurídicas estrangeiras.

Na proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 57-A/99, temos a sugestão para adicionar a exploração de trabalho escravo como causa de desapropriação de imóvel urbano e rural. No Código Florestal, há incompatibilidade de alguns dispositivos com a Constituição Federal. O crédito agrícola deve ser orientado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico e ter o seguro rural como fator estabilizador da renda do produtor.

Para completar, Renato faz menção aos contratos agrícolas e ao novo Código Comercial, que está proposto no Projeto de Lei nº 1572/11 na Câmara e nº 487/13 no Senado. Nas relações internacionais e comércio exterior, deve-se perseguir a harmonização (normas, regulamentos e conformidade), com política comercial internacional mais eficaz e maior envolvimento da iniciativa privada nas discussões. A institucionalidade e a política agrícola requerem planejamento e organização entre os ministérios envolvidos com o agronegócio.

Guilherme Pessini Carvalho, *officer senior* e *relation management* do setor sucroalcooleiro, apresentou o Itaú BBA, um dos maiores bancos do agronegócio, com aplicações de R$ 33 bilhões, distribuídos em diversos setores, como sucroenergético (R$ 13 bilhões), *tradings* (R$ 5 bilhões), proteína animal (R$ 5 bilhões) e outros (R$ 9 bilhões).

ENDIVIDAMENTO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

Safra	Total *	Por tonelada
2011/12	32,0	96
2012/13	37,0	101
2013/14	39,5	98

(*) em R$ bilhões
Observação: amostra de oitenta e três grupos da região Centro-Sul responsáveis por 83% da moagem total
Fonte: Itaú BBA

ESTOQUE DE REGISTRO NA CETIP (EM BILHÕES DE REAIS)

Título	Jan-12	Jan-13	Jan-14	Mar-14
LCA	18,0	22,0	29,0	30,0
CRA	0,16	0,37	0,97	1,21

Fonte: Cetip

No Brasil, o crédito rural desembolsado (deflacionado pelo IGP-DI) passou de R$ 79,3 bilhões, na safra 2005/06, para R$ 145,6 bilhões, na safra 2012/13. Especificamente o setor energético na região Centro-Sul está estimado em R$ 52 bilhões, para a safra 2011/12; em R$ 59 bilhões, para a safra 2012/13; e em R$ 64 bilhões, para a safra 2013/14. O BNDES é uma importante fonte de desembolso na parte agrícola, industrial e de cogeração, com R$ 6,9 bilhões em 2013.

Com relação aos títulos agrícolas, as operações caminham bem, principalmente na Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) começa a decolar.



DEMAREST

2º Painel: Securitização, Financiamento Agrícola e Recuperação Agroempresarial

Rodrigo Bahia, diretor da Brasil Agrosec Companhia Securitizadora, descreveu as potencialidades do agronegócio nacional, com as áreas disponíveis ainda não cultivadas e as previsões de instituições internacionais, como a FAO. A evolução na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários foi de 69% ao ano entre 2007 e 2013. O Certificado de Recebíveis do Agronegócio poderá seguir o mesmo caminho nos próximos anos.

João Pacífico, diretor de Estruturação e Comercial da Gaia Agro, destacou o mercado de capitais como foco para o desenvolvimento de operações de crédito estruturado, securitização, fundos de investimento e *servicing* para os clientes. Como depende de recursos subsidiados ou de bancos para alavancar (taxas altas e prazos curtos), o agronegócio ainda é pouco explorado, mas possui alto potencial de crescimento.

Em apenas treze meses de operação, a Gaia realizou um volume de emissões de R$ 421,9 milhões, com lastro em contrato de fornecimento, boi gordo e debênture. O mercado imobiliário, com 5,7% de participação no PIB e crédito de R$ 109,2 bilhões, possui R$ 45 bilhões de certificados de recebíveis. O agronegócio, com participação de 24% no PIB e crédito rural previsto de R$ 136 bilhões para a safra 2013/14, está com R$ 1 bilhão de certificados de recebíveis.

O campo é um grande demandante de crédito. O mercado de capitais representa uma alternativa de captação de recursos em momentos de maior restrição do mercado de crédito. Isso significa possibilidades para o fomento e o desenvolvimento do setor.

Para Antonio Aires, da Demarest Advogados, diversos exemplos de crise (produtor e agroindústria) no agronegócio nacional podem ser citados, em particular no setor sucroenergético. Com crédito financeiro fechado ou reduzido, o aumento de exigências de capital torna o dinheiro novo muito caro ou inviável. Nesse contexto, cabe considerar a interdependência dos *players* não financeiros (agroindústria, produtor rural, *off-takers*), a interrupção da produção e o Governo não direcionando recursos suficientes para o agronegócio.

Uma das alternativas é o uso dos fluxos de *off-takers*. Isso envolve reestruturação, com novo *business plan*, racionalização no uso dos ativos e troca do controle ou da administração. Assim, aumenta-se as chances de atrair recursos e ajuda-se os *players* financeiros a justificarem a aposta na empresa em dificuldade.

Existem diversos exemplos para serem citados. Na operação vinculada, o depósito em instituição financeira fica vinculado a crédito ao produtor ou agroindústria. Nas operações de Compror e Vendor, ocorre o apoio de empresas de *tradings* ou empresas de fertilizantes e *off-takers*, conforme o caso. Para as operações Barter, o fornecimento de insumos ou implementos funciona contra o produto ou resultado da comercialização do produto.

Enfim, a conclusão não é apenas receber o que já está devido; é uma questão de sobrevivência dos *players*. Se houver viabilidade, a solução é ser criativo para recuperar o valor do negócio ou reciclar os ativos.



DEMAREST



DEMAREST

3º Painel: Cenário Político Econômico Brasileiro em 2014

José Roberto Mendonça de Barros, economista sócio da MB Associados, disse estar convencido de que o Brasil ficou preso numa armadilha de baixo crescimento. De 2011 a 2013, tivemos um desempenho fraco – na média de 2,3% ao ano –, sem perspectiva de grandes mudanças pra 2014. Com baixa taxa de investimento, serão quatro exercícios de desempenho medíocre. O aumento na demanda do consumidor brasileiro chegou praticamente ao ponto de saturação, pois a inclusão do grosso da população no mercado de consumo já ocorreu. Por sua vez, as finanças públicas não resistem a novos reajustes significativos do salário-mínimo e dos programas de transferência de renda.

Puxado pelos países desenvolvidos, de um modo geral, o cenário internacional é bom para o agronegócio nacional, considera José Roberto. O incremento do PIB chinês em 7,5%, para 2014, por exemplo, ajuda, porque mantém a demanda e a importação de alimentos. Os nossos vizinhos estão com problemas sérios: a Argentina com a crise cambial clássica e a Venezuela tendo de importar 70% de seus produtos de consumo. Entre quinze países emergentes, relatório recente do Federal Reserve (Fed) dos Estados Unidos aponta o Brasil, atrás da Turquia, como o país mais vulnerável para enfrentar choques econômicos e financeiros.

Para o jornalista e colunista Reinaldo Azevedo, a intervenção do Governo na economia trouxe muita incerteza para os agentes econômicos. Em período de turbulência devido à falta de chuvas e ao atraso de projetos, o investidor apresenta motivos para queixas no setor elétrico, com as medidas para baixar as tarifas pagas pelos consumidores. Os valores de mercado das empresas despencaram no Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira. Do mesmo dodo, o programa de privatizações e concessões na infraestrura de transporte não aconteceu dentro do tempo planejado.

"Diante da eleição para presidente, governadores e Congresso, teremos um ano bem nervoso pela frente", afirmou Reinaldo. A sociedade espera debates fortes, com pontos de vista firmes e diferentes. Onde a democracia está estabelecida, é natural o surgimento de confrontos entre as ideias e posições dos partidos. Temos a polarização histórica entre os eleitores de um terço da esquerda, um terço da direita e um terço em disputa. A estruturação dos discursos contra e a favor do Governo terá um peso significativo para os resultados das urnas. ■



Projeto Soja Brasil

EXPEDIÇÃO NA ARGENTINA E URUGUAI

Glauber Silveira*

Realizamos uma expedição para acompanhar a safra de soja do Uruguai e da Argentina. O nosso objetivo foi captar o estágio tecnológico e a produção destes dois vizinhos.

No Uruguai, a produtividade da cultura foi muito boa na safra 2012/13, com 2.700 quilos por hectare, sendo que a média nacional é de 2.000 quilos. Da capital Montevidéu, rumamos para a região noroeste, onde se concentra a sojicultura. No município de Mercedes, tivemos um encontro com o presidente da Mesa Tecnológica de Oleaginosas do Uruguai, o engenheiro Roberto Verdera, que nos passou informações interessantes.

Normalmente, a soja plantada no final de novembro produz 500 a 600 quilos a mais quando comparada à semeada em dezembro. Na atual safra 2013/14, a lavoura não se apresenta tão boa quanto a da temporada passada. Houve seca de trinta dias, em dezembro, e vinte dias de chuva em excesso, durante janeiro (precipitação de 600 milímetros). Também ocorreram grandes ataques de lagartas.

O grande risco da soja no país é a ocorrência de seca ao longo de janeiro. Sem esta adversidade na presente safra, a chuva intensa de dezembro pode ser apontada como a principal causa da queda de produtividade. Plantada sobre palhada de cevada, a cultura apresentou muitas falhas na germinação, sendo que foram registradas precipitações intensas de até 100 milímetros em trinta minutos.

A agricultora Beatriz Braga cultiva 900 hectares, dos quais 400 hectares são próprios. A área restante é feita mediante contratos de arrendamento anuais ao custo de 23% da colheita.



SHUTTERSTOCK

Em parceria com a empresa Domario, uma das maiores sementeiras da América do Sul, o grupo ERRO produz 520 mil sacas de sementes de 50 quilos em 13 mil hectares. O custo médio de produção é de US$ 580 por hectare, praticamente a metade do custo no Mato Grosso, no Brasil.

Com relação a sementes, o saco de 40 quilos da RR1 e da Intacta RR2 custa, respectivamente, US$ 48 e US$ 76. Na Intacta, quem salva a semente paga US$ 25 por saco de 40 quilos. Por hectare, o consumo médio de semente é de 80 quilos, no valor de US$ 50, equivalente ao valor cobrado no Brasil. Na adubação, o engenheiro agrônomo Juan Manuel Erro informou-nos que, geralmente, se usa 120 quilos da fórmula 7-40-0+5, no plantio, e 100 quilos de potássio, na cobertura.

A maior rentabilidade uruguaia

De um modo geral, há uma boa *performance* das lavouras, com expectativa de produtividades superiores a 2,2 mil quilos por hectares. Mesmo com este índice, a renda do produtor uruguaio fica US$ 200 superior ao obtido no Mato Grosso, com produtividade de 3,2 mil quilos por hectare. Para o preço da tonelada do grão a US$ 470, a 120 quilômetros do Porto, temos o valor de US$ 28,20 a saca, livre de qualquer imposto.

Os solos do país são ricos em potássio, mas é necessário adubar com fósforo. A área nacional de soja está em crescimento. O plantio atual chega a 1,5 milhão de hectares. O potencial de expansão deve chegar a 2,0 milhões de hectares.

Segundo a engenheira agrônoma Carolina Silveira, cinco aplicações de defensivos são realizadas: duas de herbicidas e três de inseticidas e fungicidas. No custo de produção, os dispêndios mais altos são os de seguros sociais e de combustível (o litro do diesel está a US$ 2). O país é importador de energia, gás e combustíveis.

De acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, em vigor neste ano, a cada dois anos de cultivo com soja, o produtor precisa fazer a rotação com milho ou sorgo. Cada produtor precisa apresentar ao governo um plano de uso do solo da propriedade. Além de ser proibido ficar descoberto, não se aceita perdas de solo superiores a 7 toneladas por ano.

Na propriedade da empresa Agronegocios Del Plata (ADP), cultiva-se 70 mil hectares. A mão de obra empregada e as operações de plantio e colheita são terceirizadas. A companhia cultiva, ainda, 80 mil hectares com parceiros que ajudam na comercialização e compra de insumos e implementos.

Do Uruguai, fomos para a Argentina. Apesar do clima seco no final de 2013 e início deste ano, a safra será boa. As consultorias, inclusive a Bolsa da Argentina, estimam números próximos a 53 milhões de toneladas, acima do apurado na safra 2012/13, de 47 milhões. A produção concentra-se praticamente dentro do porto, no rio da Prata, a uma distância inferior a 300 quilômetros. As vantagens são enormes quando comparadas às dificuldades dos brasileiros.

Mas, em compensação, a situação de nossos *hermanos* é dramática quanto à política de taxas e impostos imposta pelo governo Cristina Kirchner. As chamadas *retenciones* ficam com 35% do valor da venda da soja. Na compra dos insumos, o governo cobra outros 21%, com a promessa de devolver uma parte na forma de crédito ao produtor, mas a dificuldade é conseguir este dinheiro de volta.

Essa extração na renda auferida pela produção provocou a extinção da maioria dos grandes grupos agrícolas argentinos, que já foram os maiores produtores mundiais da oleaginosa.





SHUTTERSTOCK

ARGENTINA: CUSTO DA SOJA POR HECTARE

Custo	Valor	Sacas
Produção	US$ 300,00	12
Arrendamento	US$ 600,00	24
Impostos	US$ 550,00	22
Total	**US$ 1.450,00**	**58**

Fonte: Dados levantados pelo autor

Retenciones desestimulam grandes grupos

Nos últimos dez anos, a Argentina assistiu à implantação de grupos agrícolas por meio da formação de grandes sociedades de plantio. Trata-se de um sistema de *pool* para plantio, baseado em parcerias de um grupo gestor com produtores. Este modelo alavancou a produção de grãos platina a números semelhantes aos dos americanos. Mas, a política de intervenção representada pelas *retenciones* arrasou esse sucesso empresarial.

Em 2010, o grupo EL TEJAR foi responsável pela plantação de 960 mil hectares, dos quais 340 mil no Brasil; 300 mil na Argentina; e 320 mil distribuídos entre Uruguai, Paraguai e Bolívia. Agora, nesta safra 2013/14, a companhia não plantou nada na Argentina, mas prosseguiu sua produção em outros países.

Outros grandes empreendimentos também tomam o mesmo caminho. A Los Grobo Agropecuaria diminuiu a plantação no país de 170 mil hectares para 50 mil. Outro grupo, o Molino, que plantava 150 mil hectares, deixou de produzir.

Para Sebastian Gavaldan, consultor argentino, outros motivos também contribuíram para a extinção desses grandes grupos. O clima foi um deles. Como as últimas três safras foram castigadas por muita seca, com a queda na produtividade, o custo do arrendamento se tornou caro e insuportável.

Nesse processo, as empresas argentinas, como os grandes grupos agrícolas, preferem migrar para o Brasil e outros países da América do Sul, onde a política fiscal, pelo menos nesse ponto, é "aceitável". Mesmo grandes grupos brasileiros, com investimentos iniciais na Argentina, refazem suas decisões e recuam desse propósito, devido aos altos custos tributário e de arrendamento.

Para as lideranças rurais, a Argentina poderia, perfeitamente, estar produzindo pelo menos 20% acima do volume atual, de 100 milhões de toneladas de grãos.

Os preços eram ainda mais caros, mas, com a saída dos grandes grupos, o arrendamento caiu cerca de 20%. Mesmo assim, o arrendamento e o custo de produção ficam em 36 sacas por hectare. Se se acrescentar mais 21 sacas de impostos, o custo total chega a 58 sacas por hectare. A conta não fecha e, do ponto de vista econômico, fica totalmente inviável para se produzir.

Assim como no Brasil, outro problema sério presente na produção argentina constitui-se no ataque da lagarta chamada de "bolillera", da mesma família da *Helicoverpa armigera*. A diferença é que, na Argentina, o controle fica entre US$ 10 e US$ 15, enquanto, no Brasil, uma aplicação de inseticida custa o dobro. Como o registro de produtos na Argentina é mais rápido e de menor custo, o preço dos produtos é mais competitivo.

Diante dos problemas enfrentados recentemente com a lagarta, os agricultores argentinos pretendem plantar com a semente Intacta. Só que não contam com alternativas; como não pagam *royalties* pela biotecnologia, a maioria das empresas não investe em novas tecnologias. Muitas delas preferem investir no Brasil, uma situação preocupante para o setor.

De fato, os produtores argentinos dispõem de um dos solos mais férteis do mundo. Nas temporadas favoráveis em termos de clima e nas áreas de pivô central, as produtividades ficam próximas de 6 toneladas por hectare. Porém, dilemas como as *retenciones* inviabilizam o setor.

Mesmo com essas dificuldades aparentemente intransponíveis, a produção argentina continuará em crescimento, mas à custa da economia de muitos produtores. Muitos perderam o trabalho de toda uma vida. Enfim, aqui no Brasil, deparamo-nos com os nossos problemas, assim como eles, lá, têm os deles. O importante nesses contatos e trocas de informações, propiciados pelo Soja Brasil, é aprendermos com as dificuldades mútuas. Não queremos passar, no futuro, pelos mesmos dramas vividos pelos argentinos. Por isso, o que não se pode é desistir de lutar. ■

** Presidente da Aprosoja Brasil*

Agricultura familiar

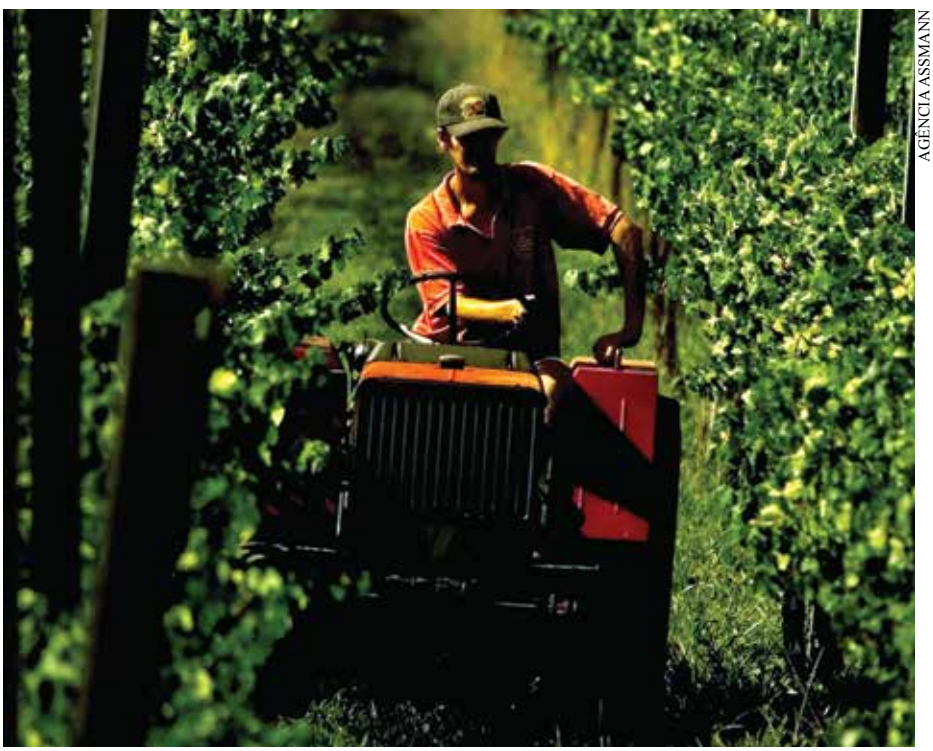
ESPAÇO PARA CRESCER

Eduardo Daher*

O AGRONEGÓCIO brasileiro vive um dos melhores momentos de sua história. Em 2013, o setor foi responsável por 22,8% do PIB do País. Neste ano, o País deve colher quase 200 milhões de toneladas de grãos. Apenas na soja, serão 90 milhões de toneladas, levando o País a ultrapassar os Estados Unidos como maior produtor mundial da oleaginosa. As exportações de carnes também não param de crescer. Depois de superar pela primeira vez a barreira dos US$ 15 bilhões em vendas externas de bovinos, suínos e aves, a expectativa para 2014 é de novo crescimento. O cenário é extremamente favorável, e a boa notícia é que ainda existe muito espaço para crescimento, sobretudo entre os pequenos produtores – a chamada agricultura familiar.

De acordo com o mais recente censo agropecuário, 70% da produção nacional de alimentos têm como origem a agricultura familiar. Buscando desenvolver este importante segmento, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) celebra, em 2014, o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). O objetivo é incluir os pequenos e médios produtores na discussão em torno do aumento da produção de alimentos no País e no mundo. Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), atualmente, apenas 11% dos agricultores familiares têm acesso regular a insumos tecnológicos. É muito pouco.

O exemplo a ser seguido vem das cooperativas brasileiras. Formadas basicamente por pequenos e médios agricultores – de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade que possui mais de 1 milhão de associados, 49% das propriedades possuem de 10 a 50 hectares –, elas dão aula no quesito produtividade. O uso da tecnologia faz toda a diferença e mantém o negócio rentável e as famílias no campo, produzindo mais e melhor. Portanto, será preciso aproveitar o apoio da FAO para estimular o uso da tecnologia na agricultura familiar brasileira. Esse será um fator decisivo para o próximo salto de produtividade.



AGÊNCIA ASSMANN

Nos últimos quarenta anos, o País deixou a incômoda posição de importador para se consolidar como um dos principais fornecedores globais de alimentos. Essa 'revolução verde' foi conquistada, em grande parte, graças às novas tecnologias introduzidas em nossas lavouras desde os anos 70. Um trabalho fantástico desenvolvido por abnegados pesquisadores e instituições públicas e privadas, com destaque para a Embrapa. Agora, o Brasil tem um desafio ainda maior: alimentar um mundo com 9 bilhões de habitantes.

De acordo com a FAO, o Brasil precisará aumentar sua produção em 40% até 2050. Os recordes de produção alcançados nas últimas safras mostram que estamos no caminho certo. Os grandes produtores, que investem há muito tempo em tecnologia e gestão, já possuem bons índices de eficiência e produtividade. Um aumento substancial na produção nacional, portanto, passa pelas mãos dos pequenos e médios empreendedores rurais. Mas, esse salto só será possível quando as tecnologias chegarem, de fato, à base da pirâmide produtiva nacional. ■

* Economista pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), pós-graduado pela FGV-SP e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Diário de bordo

INSUMOS EM 2013



Roberto Rodrigues*

EM 2013, as entregas de fertilizantes aos produtores brasileiros, finalmente, romperam a barreira dos 30 milhões de toneladas: foram 31,802 milhões de toneladas, 5,2% a mais do que em 2012, cujas entregas somaram 29,537 milhões de toneladas. Se considerarmos o período de 2003 a 2013, o crescimento foi de 36%.

No entanto, a produção nacional de fertilizantes caiu em 2013. Foram produzidos 9,305 milhões de toneladas, contra 9,722 em 2012.

O número de 2013, portanto, explica-se com as importações: importamos 21,618 milhões de toneladas, 10,6% a mais do que em 2012, quando trouxemos 19,545 milhões de toneladas de fora, ou 70% do total distribuído. Em valores, as importações somaram US$ 8,885 bilhões em 2013, aumento de 3,51% sobre 2012, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC).

O valor total das vendas de fertilizantes, segundo estimativas da ANDA para 2013, foi de cerca de R$ 34 bilhões, crescimento de 3% em relação a 2012 (R$ 33,2 bilhões).

Quanto aos defensivos, o valor das vendas, no período de janeiro a setembro de 2013, foi de R$ 15,8 milhões, 36% maior do que no mesmo período de 2012 (SINDAG; Andef; MAPA).

Já quanto a sementes, observou-se o aumento das vendas de sementes de soja e milho. A procura de sementes certificadas por parte dos produtores alcançou resultados recordes na safra 2012/13. As vendas de sementes certificadas atingiram 72% do plantio de soja, 90% do plantio de milho e 70% do de trigo. A ABRASEM (Associação Brasileira de Sementes e Mudas) estima que, dos 53,5 milhões de hectares cultivados com grãos no Brasil em 2013, 46,0 milhões tenham sido plantados com sementes certificadas.

O setor de máquinas agrícolas também viveu um bom ano. Em 2013, este segmento superou a marca de 100 mil unidades produzidas no Brasil, alcançando um crescimento de 20% em relação a 2012. As vendas, em 2013, atingiram o maior volume de todos os tempos, somando 83,1 mil unidades. Em relação às vendas realizadas em 2012 (70,1 mil máquinas), houve aumento de 18,4%. Na linha de colheitadeiras, as vendas internas somaram, em 2013, 8.545 máquinas, um crescimento de 36,1% na comparação ao ano anterior. Os tratores de roda tiveram um aumento nas vendas internas de 16,7% em 2013, somando mais de 65 mil unidades (ANFAVEA).

De todos esses dados, ressalta-se uma óbvia conclusão: os produtores rurais brasileiros estão usando cada vez mais tecnologia.

Na pecuária, o mesmo está acontecendo. O mercado de saúde animal fechou 2013 com um faturamento de R$ 3,9 bilhões, 8% a mais do que em 2012, quando faturou R$ 3,6 bilhões, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN). A pecuária de corte e leite foi responsável por 56,3% (R$ 2,2 bilhões), sendo que os produtos biológicos, como vacinas (inclusive para aftosa e antiparasitárias), foram os destaques. Os segmentos da avicultura e suinocultura representaram 14,4% e 12,5%, respectivamente. Já o segmento de alimentação animal encerrou 2013 com produção de 63 milhões de toneladas de rações, conforme estimativa do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações).

E isso tudo explica o que todos já sabem: a participação da agropecuária e do agronegócio no PIB nacional segue batendo recordes, assim como as safras: em 2013, o PIB total do País cresceu 2,3%, até acima do que os especialistas esperavam; e o da agropecuária cresceu 7%, graças ao desempenho de algumas culturas, como soja, milho, trigo e cana, com expressivos aumentos.

É claro que boa parte da grande safra de grãos colhida no ano passado deveu-se a um clima favorável e que o PIB teve a ver com os preços bons para as principais *commodities*. Mas, o que garantiu os sucessivos aumentos de produtividade nos últimos anos foi a tecnologia tropical gerada em nossos órgãos de pesquisa e aplicada por nossos agricultores.

Viva a Ciência a serviço do agro! Precisamos proteger os órgãos de pesquisa agropecuária do estado de São Paulo! ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

Produzir

ARMADILHA ECONÔMICA



Gustavo Diniz Junqueira*

O BRASIL está preso numa armadilha composta por baixo crescimento, inflação em ascensão e contas externas em deterioração. Para este ano, a maioria das estimativas aponta para um avanço do PIB de, no máximo, 2%. Se este resultado for concretizado, manterá a média ruim dos últimos três anos, na casa de 1,6%.

Há perda do vigor econômico. Medidas governamentais desconcertantes somadas a um Estado intervencionista e ineficiente são os ingredientes da receita indigesta. O ambiente regulatório é refratário ao empreendedorismo sadio, à inovação e aos negócios.

A letargia produtiva não é fruto apenas do sentimento da população em geral, dos setores produtivos ou dos investidores. Ela consta em estudos, que mostram o Brasil como um retardatário na corrida da produtividade mundial.

De acordo com relatório da consultoria McKinsey & Company, a produtividade do trabalho cresceu, em média, no Brasil, 1% ao ano nos últimos vinte e cinco anos até 2012. No mesmo período, o aumento anual chegou a 4,7% na Coreia do Sul; a 3,3% no Peru; a 2,4% no Chile; e a 1,6% nos Estados Unidos.

Segundo o documento, a expansão econômica do País tem dependido da incorporação de mão de obra. A ameaça iminente é que os ganhos provenientes disso tendam a diminuir com a mudança demográfica e a expansão mais lenta da oferta de trabalho.

O incremento do PIB dependerá cada vez mais da produtividade gerada por investimentos em educação, ciência, tecnologia e infraestrutura, áreas em que estamos muito defasados.

Na mão contrária, está o agronegócio. Nas últimas duas décadas, somente a fatia da produção de grãos cresceu 221%, e a área plantada aumentou apenas 41%, num estrondoso avanço de produtividade, que precisa ser extrapolado para os outros setores.

Além disso, nos últimos doze meses, entre março de 2013 e fevereiro de 2014, as exportações do agronegócio alcançaram o montante de US$ 99 bilhões, gerando um superávit de US$ 82 bilhões.

No *front* do cenário global, a crise, hoje, está mais centralizada em países emergentes, como Ucrânia, Turquia, Tailândia, Argentina e Venezuela. No caso dos nossos vizinhos sul-americanos, além da questão econômica, há também a problemática política. E, como ambos são importantes parceiros comerciais, nossas exportações sofrem com isso.

Todavia, o fato é que nossa conjuntura negativa é muito mais fruto de desmandos internos do que de efeitos externos. Um exemplo disso é o setor energético. O populista e mal programado, para não dizer desastrado, corte no preço da energia em 2013 veio cobrar a conta neste ano.

O Governo foi obrigado a desembolsar bilhões de reais do Tesouro Nacional – para recompor o caixa das fornecedoras de energia –, a fim de evitar um aumento da conta em ano eleitoral, o que, inevitavelmente, terá que vir em 2015. Além disso, o Planalto também já sinalizou com reajuste de impostos. Ou seja, um prejuízo triplo para o bolso do contribuinte.

A realidade é que o País precisa de um ajuste econômico sério. Se nenhuma medida for tomada, o Brasil corre o risco de perder sua classificação de *investment grade*, com prejuízos de proporções incalculáveis.

E este ajuste passa por um processo de austeridade nas contas públicas. O Governo precisa entregar bons resultados fiscais, a fim de iniciar a recomposição da confiança do setor produtivo e dos investidores.

De nada adianta aumentar os juros – como medida para frear a inflação – sem uma contrapartida no controle dos gastos. Isso só mascara a situação, mantendo uma falsa imagem de pleno emprego. O mercado já percebeu isso.

A manutenção de uma economia artificial é ruim, produzindo efeito colateral mais nocivo do que a inflação.

No início, a austeridade econômica acentua a percepção de desequilíbrios, mas é imprescindível no médio e longo prazo; recompõe a credibilidade e põe o País nos trilhos. O Brasil precisa de um governo que tenha a coragem de fazer isso. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

OS ALIMENTOS E A VIDA MODERNA



Mônika Bergamaschi*

A REVOLUÇÃO promovida pela comunicação tem influenciado os rumos da história, com impactos significativos na vida cotidiana. As novas tecnologias associadas à internet móvel permitem a obtenção de informações e a conexão imediata com qualquer lugar do mundo. Vivemos em uma época em que aplicativos de mensagens instantâneas são avaliados em dezenas de bilhões de dólares.

As aparentes facilidades e a falsa ideia de economia de tempo, tanto na atividade profissional, como na pessoal, também trazem efeitos adversos. A sensação é de que a velocidade da comunicação encurtou o tempo e acelerou a toada da vida. Nas grandes metrópoles, o ritmo é frenético, com milhões de pessoas circulando de um lado para o outro, questionando a razão do que fazem, a necessidade e a qualidade de tudo o que acessam, ou que lhes é oferecido.

Na tentativa de buscar essas compensações, tem crescido vertiginosamente a demanda por alimentos e bebidas saudáveis e funcionais. Segundo projeção da empresa europeia Euromonitor, o mercado brasileiro nos segmentos *light* e *diet*, os alimentos funcionais e fortificados, os orgânicos e os específicos para intolerância deverão superar R$ 40 bilhões em 2014, o triplo do que era há dez anos.

Mercados e consumidores entendem, caracterizam e classificam de formas diferentes tais alimentos. Para alguns, sustentáveis são os produtos orgânicos; para outros, são os convencionais produzidos com boas práticas agropecuárias e enriquecidos com vitaminas. Já, sobre os alimentos funcionais, o entendimento parece convergir para aqueles com algum tipo de modificação em seu valor nutritivo que carregue uma função específica e ofereça um benefício adicional ao consumidor.

Há décadas, estão disponíveis farinhas enriquecidas com ácido fólico, ferro e vitaminas, ovos com ômega 3 e uma infinidade de outros produtos. Hoje, já é possível encontrar cosméticos em forma de bebidas e balas, que prometem combater o envelhecimento da pele e a temida celulite, fortalecer unhas e cabelos e aumentar a energia e a disposição. O céu é o limite!

A pesquisa paulista em melhoramento genético vem ao encontro desse crescente mercado, e não é de hoje. Os institutos de pesquisa ligados ao governo do estado de São Paulo desenvolvem alimentos com características diferenciadas há 126 anos, como é o caso do Instituto Agronômico de Campinas.

Começando pelo café da manhã, temos a aveia IAC 8, desenvolvida com elevada quantidade de betaglucano. Este tipo de açúcar, mesmo em baixas concentrações, reduz em até 50% a taxa de glicose no sangue. Ele combate o colesterol e, com isso, beneficia a circulação.

Pesquisas com adição de selênio e vitamina E na alimentação de vacas dobraram os índices destes nutrientes no leite produzido. O projeto foi desenvolvido pelo Polo Regional Centro Leste da APTA (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios), em parceria com a Universidade de São Paulo. Crianças e idosos que tomaram o leite apresentaram maior concentração das substâncias e do bom colesterol.

Com as frutas, os resultados também são muito animadores. A laranja de polpa vermelha, chamada de sanguínea de Mombuca, tem de 275% a 675% mais licopeno do que a laranja pera. O carotenoide, idêntico ao presente nos tomates, possui potente ação antioxidante.

Sempre compondo o prato do brasileiro, o feijão ganhou uma variedade especial, o IAC Formoso, que, além de ter 20% a mais de proteína do que as outras variedades, tem 10% da isoflavona encontrada na soja. O fitoestrógeno, considerado inexpressivo no feijão, ajuda a prevenir doenças coronárias e pode ser usado na terapia de reposição hormonal para mulheres.

A mandioca IAC 576-70, conhecida como "amarelinha", é mais resistente a doenças e tem, naturalmente, mais vitamina A. O trabalho de melhoramento genético rendeu à pesquisadora Teresa Losada Valle o prêmio no 1º Concurso Frederico de Menezes Veiga, promovido pela Embrapa. Os inúmeros casos de sucesso colocam São Paulo em posição de destaque na produção de alimentos de alta qualidade e valor nutricional. Para os velhos tempos, para os novos tempos. ■

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Reflexão

A TERRÍVEL FALTA DE BOM SENSO



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

HÁ ALGUM tempo, se repete uma teórica dificuldade da população dos grandes centros urbanos brasileiros de entender a importância do agronegócio para a sua vida, para o dia a dia da sua família. Ao testar essa hipótese, via levantamentos nas doze maiores capitais do País, verificou-se que o conceito mais forte e muito bem-aceito pela sociedade urbana é o da agricultura e o da pecuária, enquanto, nas áreas fortemente rurais, predominou a visão das cadeias produtivas do agronegócio – que não separa a indústria da produção. Em um ano eleitoral como 2014, o tema volta a ser revisto e a análise dos preconceitos ganha relevância, pois pode caracterizar-se como um posicionamento partidário e/ou uma ótica dos políticos no poder.

Ao se ler os documentos nos livros de História sobre o Brasil, as capitanias hereditárias, o escravagismo de índios e negros e os movimentos econômicos complexos, somente ao serem explicados como ciclos, talvez, esclareçam a motivação para esse forte dogma existente no Governo contra o agronegócio. Seria um fenômeno no mínimo interessante, pois as contas brasileiras dependem totalmente deste setor, como as plantas dependem do sol! Guardadas as devidas proporções, seria o agricultor tratar mal a sua roça por ter alergia ao pólen.

Nos Estados Unidos, a história também mostra o passado de escravagismo e o massacre dos povos indígenas. A Europa conquistou e explorou à força as suas colônias. A mácula desses registros cabe à toda sociedade. Hoje, o agronegócio, nesses países desenvolvidos, é protegido e estimulado por seus governos, independentemente do partido que estiver no poder.

Assistimos à recorrente falta de bom senso em ações como: em passado recente, a caça, pelo governo, ao boi no pasto; a discussão, impregnada de ideologia e sem embasamento técnico, do novo Código Florestal; o Movimento dos Sem Terra, em processo de evaporação, sendo recebido com festa pelo Governo. Em Davos, nossas lideranças comentavam sobre a falta de competitividade do etanol brasileiro à base de cana-de-açúcar em comparação ao etanol de milho dos EUA, sem recorrer aos especialistas no assunto; ao contrário, criou-se um completo *nonsense*, com aulas de desconhecimento sobre o tema, em que o Brasil é liderança! Por quê?

Os países que competem com o Brasil nas *commodities* agrícolas festejam as nossas dificuldades, hoje chamadas de "Custo Brasil". Muitas empresas nacionais e multinacionais, geradoras de produção e empregos, sofrem com isso, tendo de enfrentar sérios problemas para explicar esse nó aos seus acionistas. Isso não só desarticula as cadeias de produção, como cria barreiras para novos investimentos de capital externo, fundamentais para o crescimento da oferta de alimentos e de energias renováveis, baseada na biomassa brasileira. Afinal, tanto a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) – organismo ligado à ONU que é dirigido por um brasileiro –, como a OCDE (dos países ricos) elegeram o Brasil como responsável por 40% da expansão da oferta de alimentos para atender a crescente demanda nas próximas décadas.

As mudanças geopolíticas no século XXI evidenciam-se por uma nova conjunção de informação, muito mais acessível no meio digital, por conta da massificação das redes sociais. Para o bem ou para o mal, os silos de informação tornaram-se mais permeáveis e o processo de formação de opinião migrou, em passos céleres, deixando de ser um monopólio dos grandes grupos de comunicação e passando a ser uma ferramenta de uso do público, que, hoje, está no centro do processo.

E, assim, surgem questionamentos: onde nos colocamos como país protagonista nessa nova geopolítica do século XXI? Como os alimentos e as energias da biomassa (etanol, biodiesel, energia elétrica cogerada) podem ser os destaques globais do Brasil sem que o agronegócio tenha um tratamento diferenciado e sem que haja políticas públicas adequadas para produzir de forma sustentável? ■

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

PREÇOS MÉDIOS DE COLHEITADEIRAS EM MARÇO DE 2014 (R$/UNIDADE)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	330.000	480.000	425.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	550.000	700.000	630.000	700.000
New Holland	CR 9060	730.000	900.000	890.000	840.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	690.000	700.000
New Holland	TC 5090	405.000	450.000	590.000	480.000
New Holland	TC 5070	370.000	365.000	480.000	560.000
Valtra	BC 6500	700.000	720.000	891.000	680.000
Valtra	BC 7500	750.000	850.000	968.000	830.000
Valtra	BC 4500	490.000	420.000	638.000	470.000
John Deere	1175 HY	345.000	490.000	370.000	477.405
John Deere	9470	501.000	655.000	540.000	652.454

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE TRATORES EM MARÇO DE 2014 (R$/UNIDADE)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	110.000	142.000	132.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	158.000	160.000	150.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	215.000	190.000	240.000	240.000
New Holland	TM 7020	170.000	160.000	165.000	230.000
New Holland	TM 7040	210.000	200.000	200.000	260.000
New Holland	T 7245	250.000	270.000	300.000	380.000
Valtra	BM 125-4	121.000	135.000	137.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	196.000	220.000	238.000
Valtra	BH 205-4	205.000	210.000	236.000	255.000
John Deere	7210	272.000	306.000	320.000	300.760
John Deere	8335	375.000	600.000	560.000	654.050

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO EM MARÇO DE 2014 (R$/UNIDADE)

MODELO	MARCA	CAPACIDADE (KG)	TIPO	PREÇO (R$)
Vicon	PS PP 603	600	Hidráulico	5.443,00
Incomagri	Sembra 400-P	600	Hidráulico	2.645,00
Incomagri	Sembra 1000-P AV	1.000	Hidráulico	6.581,00
Santa Izabel	Dicasi	550	Carreta	4.516,50
Jumil (Bertanha)	JM LD2050 TT	2.500	Carreta	11.768,00
Jumil (Bertanha)	JM LD2050 TT	2.500	Carreta	19.000,00
Tatu Marchesan	DCA DC 2500	2.500	Carreta	14.900,00
Tatu Marchesan	DCA DC 5500	5.000	Carreta	17.700,00
Jumil (Bertanha)	JM LD5050 TT	5.000	Carreta	15.014,00
Jumil (Bertanha)	JM LD5050 TTD	5.000	Carreta	21.000,00
Civemasa	DFSC 1	5.500	Carreta	20.500,00
Civemasa	DFSC 2	7.500	Carreta	22.300,00

Fonte: Scot Consultoria

EXEMPLO DE FINANCIAMENTO

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um produtor que queira, em março de 2014, comprar uma colheitadeira, modelo CR9060, da New Holland, cujo preço é R$ 730.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 146.000,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para julho de 2014). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2013/2014). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$ 824.669,07 pela colheitadeira.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/07/14	R$ 584.000,00	R$ 58.400,00	R$ 18.527,37	R$ 76.927,37	1
01/01/15	R$ 525.600,00	R$ 58.400,00	R$ 19.099,52	R$ 77.499,52	2
01/07/15	R$ 467.200,00	R$ 58.400,00	R$ 12.676,04	R$ 71.076,04	3
01/01/16	R$ 408.800,00	R$ 58.400,00	R$ 11.091,53	R$ 69.491,53	4
01/07/16	R$ 350.400,00	R$ 58.400,00	R$ 9.507,03	R$ 67.907,03	5
01/01/17	R$ 292.000,00	R$ 58.400,00	R$ 7.922,52	R$ 66.322,52	6
01/07/17	R$ 233.600,00	R$ 58.400,00	R$ 6.338,02	R$ 64.738,02	7
01/01/18	R$ 175.200,00	R$ 58.400,00	R$ 4.753,51	R$ 63.153,51	8
01/07/18	R$ 116.800,00	R$ 58.400,00	R$ 3.169,01	R$ 61.569,01	9
01/01/19	R$ 58.400,00	R$ 58.400,00	R$ 1.584,50	R$ 59.984,50	10
Total		584.000,00	94.669,07	678.669,07	-
Total pago: R$ 146.000,00 (entrada) + R$ 678.669,07 (financiamento) = R$ 824.669,07					

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

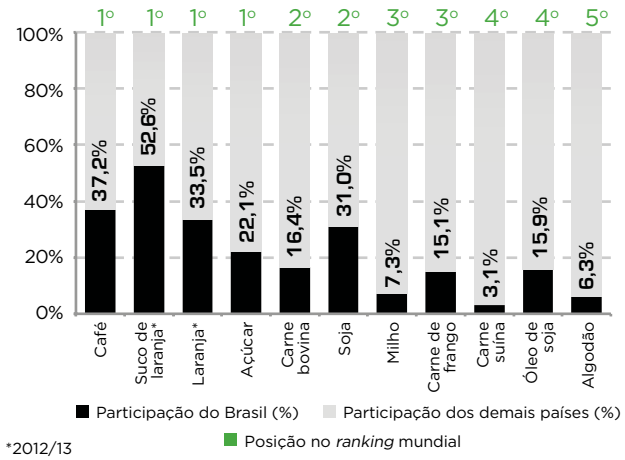
BRASIL: VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R$ BILHÕES)

Principais produtos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Variação (%) 2014/2013
Lavouras										
Soja (em grão)	34,57	43,84	57,30	55,14	54,20	60,81	70,75	87,03	112,30	**29,0**
Cana-de-açúcar	28,13	30,41	27,67	33,58	37,87	44,27	45,31	46,95	46,81	**-0,3**
Milho (em grão)	17,57	26,00	31,35	21,39	20,95	27,90	34,26	36,11	31,11	**-13,9**
Laranja	12,20	11,50	11,74	10,79	13,90	14,98	14,51	19,26	19,74	**2,5**
Tomate	4,47	4,99	5,62	6,40	5,87	7,19	6,33	11,87	12,65	**6,5**
Banana	8,17	8,64	8,68	8,88	9,39	9,91	9,58	10,65	11,63	**9,2**
Café (em grão)	16,84	14,13	16,26	14,07	18,60	21,76	19,95	13,67	11,56	**-15,4**
Mandioca	6,82	6,35	6,72	7,27	6,94	6,75	6,23	7,00	11,51	**64,4**
Algodão herbáceo (em caroço)	4,27	5,91	5,53	3,86	3,68	9,65	12,03	8,36	9,93	**18,8**
Feijão (em grão)	6,46	6,18	11,07	7,60	6,88	6,80	7,93	8,52	9,43	**10,7**
Pecuária										
Bovinos	36,41	39,57	43,69	43,23	45,58	48,18	48,90	49,56	51,11	**3,1**
Frango	21,73	26,49	27,68	26,79	26,29	33,94	39,50	48,44	49,72	**2,6**
Leite	12,62	15,51	17,45	17,79	19,65	20,26	21,17	22,33	22,50	**0,7**
Suínos	7,40	7,91	9,37	9,47	10,42	10,43	10,78	12,07	11,97	**-0,9**
Ovos	4,99	5,30	5,72	5,71	5,55	6,54	7,65	8,64	9,24	**6,9**

Nota: Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV (novembro/2013)
Fonte: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP
Elaboração: AGE/MAPA

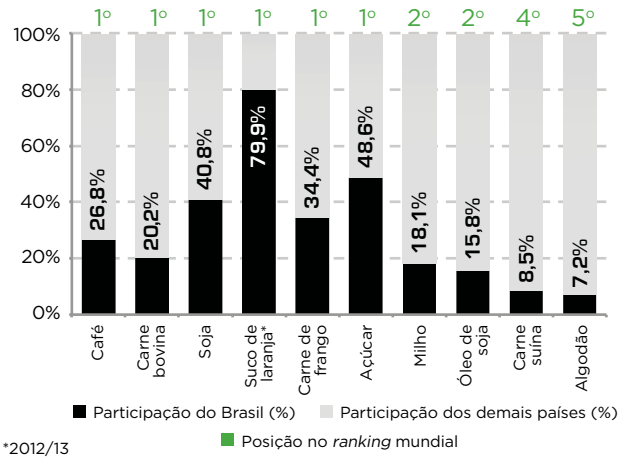
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



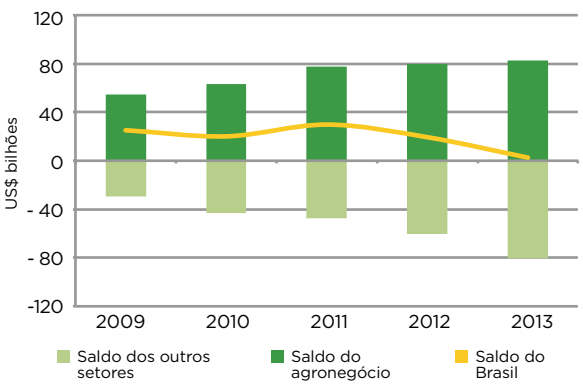
*2012/13
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



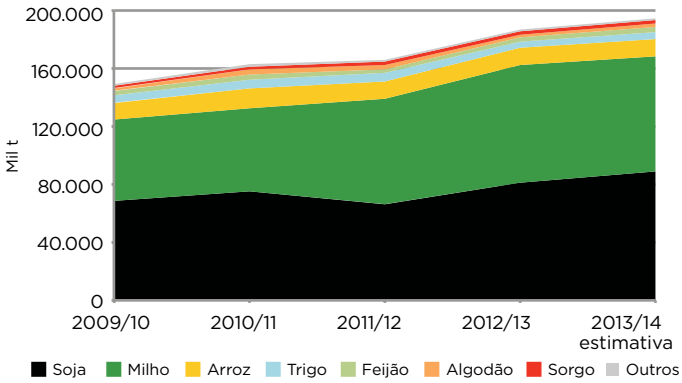
*2012/13
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



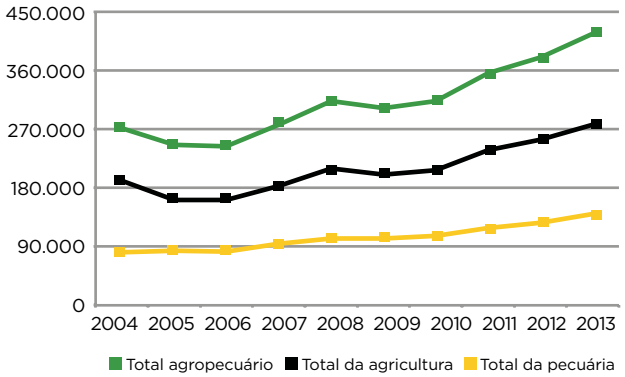
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



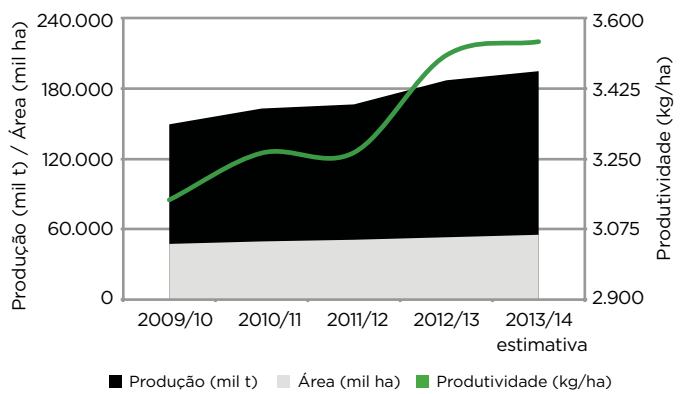
Fonte: Conab

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R$ MILHÕES)



Fonte: IBGE; FGV; Cepea/Esalq/USP

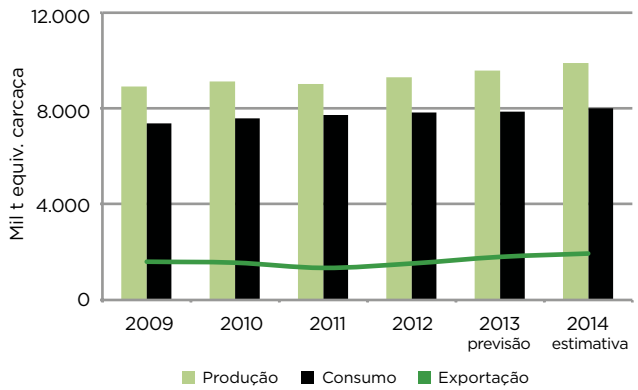
BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab

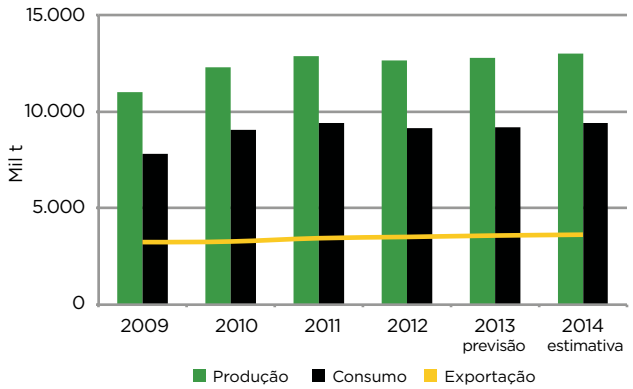
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA



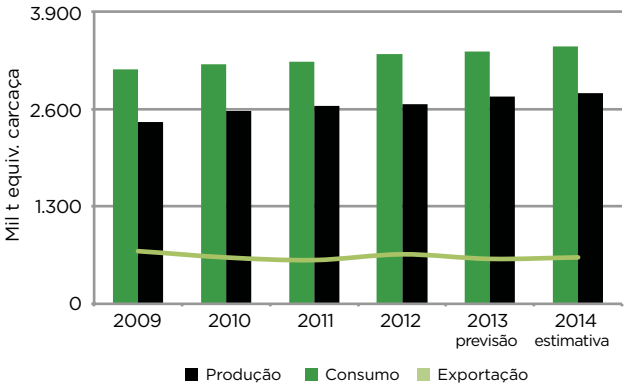
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES



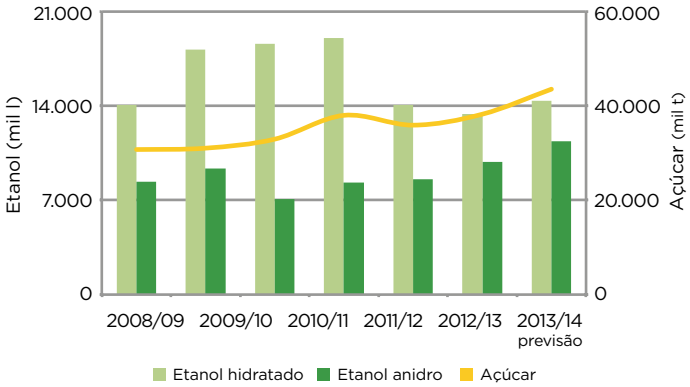
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA



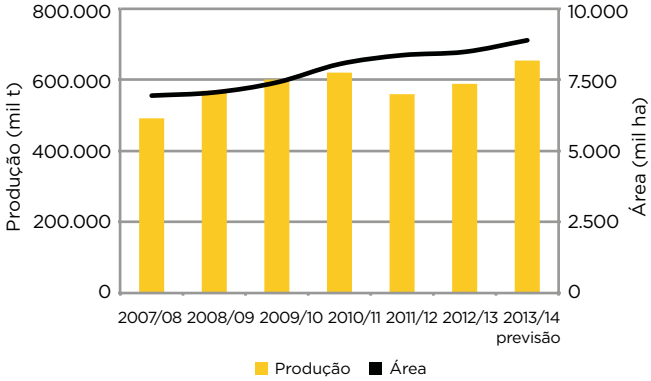
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL



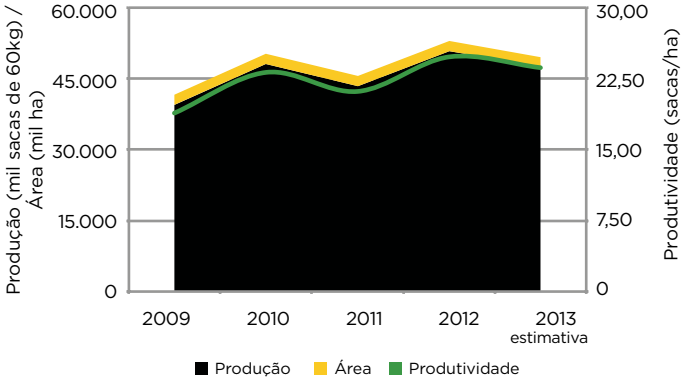
Fonte: UNICA

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM CAFÉ, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab